



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS
UFPB CPL/PU/Nº 024/2015

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDES DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

Data de Abertura: 02/09/2015, às 09:30 h
Local: <http://www.comprasnet.gov.br>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Tel.: (83) 3216-7200



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

A empresa interessada na participação do Pregão Eletrônico PU/UFPB nº 24/2015 (SRP) deverá preencher o formulário abaixo e enviá-lo para o *e-mail* cplpu@prefeitura.ufpb.br (83)3216-7091. Caso contrário, o Pregoeiro exime-se da obrigação de comunicar diretamente ao interessado possíveis alterações no Edital, bem como de prestar esclarecimentos posteriores.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PU/UFPB Nº 24/2015 (SRP)

Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Responsável pela empresa:

Telefone:

Fax:

E-mail:

João Pessoa(PB), ____ de _____ de 2015.

Representante Legal da Empresa
(assinatura e carimbo)

Obs.: É dispensado o envio deste Termo, quando o Edital for obtido, via *download*, a partir do *website* do Comprasnet.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

O Prefeito Universitário da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, torna público que, às 09:30h do dia 02/09/2015, será realizada por Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria PU/UFPB nº 26, de 2015 de 10 de abril de 2015, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item/grupo, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDES DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL**, conforme o descrito neste Edital e em seus anexos. O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000, e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto nº 7.892, de 23/01/2013 – e alteração posterior –, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelas Instruções Normativas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 1, de 19/01/2010, nº 02, de 11/10/2010 – alterada pelas IN nº 1 e nº 5, de 2012, e pela IN nº 4, de 2013 –, e nº 03, de 16/12/2011, Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.234, 11/01/2012 – e alteração posterior –, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Decreto nº 6.204, de 05/09/2007, Lei nº 12.440, de 07/07/2011 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e em seus anexos constantes do Processo nº 23074.039290/2015-16. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal de Compras do Governo Federal, <http://www.comprasnet.gov.br> e no *website* oficial da Prefeitura Universitária da UFPB, <http://www.prefeitura.ufpb.br>. O recebimento das propostas será através do sistema Comprasnet, a partir do dia 20/08/2015 e a data de abertura do certame, para recebimento dos lances, é a definida no item 2 deste Edital. As informações relativas à presente licitação também poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária da UFPB, situada à Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, em João Pessoa-PB, CEP.: 58.051-900, ou através do telefone (83)3216-7091, *e-mail* cplpu@prefeitura.ufpb.br.

1. DO OBJETO

- 1.1 Registro de Preços para Execução de Serviços de Manutenção e Instalação de Cabeamento Estruturado (Redes de Dados, Voz e Elétrica) com ou sem Fornecimento de Material**, para atender as necessidades da Universidade Federal da Paraíba.
- 1.2** O Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico terá validade não-superior a 12 (doze) meses. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a UFPB poderá ou não contratar o objeto deste Pregão.



2. DA ABERTURA

2.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela Internet, que será dirigida por Pregoeiro(a) e realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: Da data da liberação do Edital no Comprasnet até o horário limite de início da sessão pública.

Data da Abertura: 02/09/2015

Hora da Abertura: 09:30 h

Endereço Eletrônico: <http://www.comprasnet.gov.br>

UASG: 153066

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas na SLTI/MPOG, por meio do website <http://www.comprasnet.gov.br>, para acesso ao citado sistema eletrônico.

3.1.1 Possuam registro no Sistema Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com os seguintes níveis de credenciamento:

I – Credenciamento;

II – Habilitação Jurídica;

III – Regularidade fiscal nas esferas federal, estadual e municipal;

IV – Qualificação técnica;

V – Qualificação econômico-financeira.

3.1.2 Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.2 O Pregão será conduzido pela Universidade Federal da Paraíba, com apoio técnico e operacional do MPOG, representado pela SLTI, que atuará como provedor do sistema eletrônico para a licitação.

3.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da LICITANTE e subsequente encaminhamento de proposta de preço, em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.4 Como requisito para a participação no Pregão, a LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, que a empresa está enquadrada como ME/EPP (quando assim for), que sua proposta é absolutamente independente em relação aos demais LICITANTES participantes e que possui certificações emitidas por instituições públicas ou privadas para usufruir dos benefícios concedidos pelo Decreto nº 7.174/2010 (quando assim possuir).

3.4.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a LICITANTE às sanções previstas neste Edital, exceto a LICITANTE beneficiada com a Lei Complementar nº 123/2006, que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento do Pregão e terá até 02 (dois) dias úteis, após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), para comprovar a sua regularização.

3.5 Não poderão participar da licitação as empresas interessadas que estejam enquadradas em, pelo menos, uma das condições a seguir:

3.5.1 Cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UNIÃO;

3.5.2 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.5.3 Se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, bem como LICITANTES que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.5.4 Empresa ou sociedade estrangeira que não tenha sede no país;

3.5.5 Empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

3.5.6 Empresa LICITANTE cujos sócio(s), diretor(es) ou responsável(is) técnico(s) tenha(m) vínculo empregatício com a UFPB;

3.5.7 Empresa que tenha em seu quadro societário – ou que mantenham vínculos de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira com – servidor(es) da UFPB;

3.5.8 Cooperativas de mão de obra, em cumprimento do que determina o Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, homologada em 5/06/2003, nos autos do processo no 01082-2002-020-10-00-0.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, através do endereço de e-mail cplpu@prefeitura.ufpb.br, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital, até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese na qual a comunicação do



suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

- 4.3** Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidas os respectivos prazos legais.
- 4.4** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 5.1** A LICITANTE e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor (SLTI), no prazo de 03 (três) dias úteis antes da data da realização do certame.
- 5.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§1º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005), no site <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 5.3** O credenciamento da LICITANTE, bem como a sua manutenção, dependerá de registro obrigatório no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, com os seguintes níveis de credenciamento:
- I – Credenciamento;
 - II – Habilitação Jurídica;
 - III – Regularidade fiscal nas esferas federal, estadual e municipal;
 - IV – Qualificação técnica;
 - V – Qualificação econômico-financeira.
- 5.3.1** Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 5.4** A chave de identificação (*login*) e senha fornecidos não permitem a participação no pregão eletrônico, caso não ocorra a efetivação do registro cadastral no SICAF, no mínimo, no nível Credenciamento.
- 5.5** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.6** Quando do preenchimento dos formulários eletrônicos para obtenção do credenciamento, os dados referentes a materiais e/ou serviços integrantes da linha de aquisição devem ser compatíveis com o objeto constante do ato constitutivo, contrato social ou estatuto, sendo considerado o registro na Receita Federal da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), conforme o art. 12 da IN nº 02/2010, da SLTI.
- 5.7** O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica na responsabilidade legal da LICITANTE e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão, na forma eletrônica (§6º, art. 3º do Decreto nº



5.450/2005).

- 5.8** O uso da senha de acesso pela LICITANTE é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§5º, art.3º do Decreto nº 5.450/2005).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1** Os documentos de habilitação – certidões negativas, atestados de capacidade técnica e demais documentos constantes no item 11 deste Edital – e a PROPOSTA DE PREÇO deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil e poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pelo(a) Pregoeiro(a) da Universidade Federal da Paraíba ou sua equipe de apoio, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

6.1.1 Os documentos em língua estrangeira que sejam solicitados em idioma oficial do Brasil, deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil;

6.1.2 Certificados, manuais, *folders* e demais documentos necessários para a avaliação da proposta de preços, deverão ser apresentados em língua inglesa, sem a necessidade de tradução, ou no idioma oficial do Brasil.

- 6.2** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado no Brasil.

- 6.3** O CNPJ indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da respectiva licitação.

- 6.4** Os documentos originais, que deverão ser apresentados para a habilitação da LICITANTE no Pregão, não serão aceitos por meio de fitas, discos magnéticos, filmes, *e-mail* ou cópias feitas em aparelho de fax, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração da proposta comercial.

- 6.5** Serão admitidas fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas com forma de ilustração da proposta comercial, não substituindo a apresentação das certificações exigidas.

7. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA LICITAÇÃO



- 7.1** Como requisito à participação no pregão eletrônico, a LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, que inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação no presente certame licitatório e que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 7.2** Para LICITANTE usufruir dos direitos concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do artigo 3º da referida Lei. Em caso de não manifestação no momento do envio da proposta, as ME/EPP terão o tratamento igual às demais LICITANTES, não cabendo o direito de recursos posteriores.
- 7.3** O encaminhamento das propostas de preços somente será permitido a partir da divulgação do Edital, através do *website* Comprasnet, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 7.4** A LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.5** Até a abertura da sessão, as LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1** Para formular e encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (proposta de preço padrão do sistema), a LICITANTE deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, notadamente no Anexo I, o atendimento aos requisitos abaixo apresentados.

OBS.: No início da sessão do Pregão, os campos do sistema eletrônico aos quais o Pregoeiro tem acesso são: Descrição Detalhada do Objeto, Quantidade e Preço. Os campos Fabricante e Fornecedor são visualizados após concluída toda a fase de lances, garantindo o sigilo das LICITANTES participantes do certame.

- 8.2** A proposta a ser encaminhada eletronicamente deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando as principais especificações técnicas, quantidades e preços expressos em Real (R\$) com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, através do preenchimento correto das informações em cada campo determinado no sistema eletrônico, para execução nas condições e locais constantes no Anexo I deste Edital.
- 8.3** A LICITANTE deverá preencher o campo Descrição Detalhada do Objeto somente com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

as informações sobre o item, esclarecendo as especificações técnicas principais e as condições do serviço, conforme o solicitado no Anexo I, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com esta determinação.

8.3.1 Não serão aceitas descrições genéricas como “conforme Edital” ou “atendemos o Edital”, dentre outras, sem especificar o serviço ofertado.

8.4 O campo Fabricante deverá apresentar somente o executante do serviço, podendo ser o nome da própria empresa. No campo Quantidade é apresentado o prazo máximo, em meses (12), para a execução do serviço.

8.5 Manter a coerência dos preços de itens agrupados, quando no processo os apresentar desta forma, inclusive na fase de lances, para evitar preços inexequíveis ou acima do estimado, gerando a desclassificação de todo o grupo, pois, a aceitação será efetuada por item e não será aceita a compensação de valores dos itens agrupados.

8.6 Todas as propostas VENCEDORAS devem, após a fase de lances, ser enviadas por *e-mail*, conforme modelo constante no Anexo II, no prazo determinado e comunicado pelo Pregoeiro, via *chat* do sistema eletrônico.

8.7 Na fase de convocação de anexo, a(s) licitante(s) deverá(rão) incluir, além da(s) sua(s) proposta(s), **TODO o material técnico pertinente, para fins de análise da qualificação técnica do objeto pelo setor competente, em estrita conformidade com o item 7 e seus sub-itens, do Termo de Referência em especial à certificação ANATEL, sob pena de desclassificação da proposta.**

8.8 A proposta comercial a ser encaminhada em acompanhamento à documentação de habilitação pela(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) item(ns), poderá adotar o modelo constante no Anexo II deste Edital ou modelo próprio da PROPONENTE, contendo, pelo menos, as mesmas informações previstas nas especificações mínimas definidas no Termo de Referência do Anexo I deste Edital, com a descrição detalhada do objeto e fabricante, iguais aos apresentados no sistema eletrônico, prazo de garantia, validade da proposta, constando os preços propostos em Real (R\$), em algarismos arábicos e por extenso com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, devidamente identificada em todas as folhas com número do CNPJ e timbre impresso da empresa, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas serem rubricadas e a última assinada e identificada por quem de direito. Na proposta apresentada, deverão constar os preços unitários e totais de cada item, bem como o endereço eletrônico válido para atendimento ao item 20.2.1 deste Edital.

8.9 Os preços propostos deverão ser fixos e irrevogáveis e nos lances que as LICITANTES vierem a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução do serviço, objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- 8.10** O prazo máximo de execução do serviço é de 90 (noventa) dias, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento, com as quantidades especificadas.
- 8.11** A execução dos serviços será parcelada, durante o prazo de validade da Ata, nas condições e locais conforme consta no Anexo I do Edital.
- 8.12** Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 100 (cem) dias, a contar da data de abertura deste Pregão, salvo se na mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo. Havendo necessidade, a UFPB poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, pelo período de até 60 (sessenta) dias. Os preços registrados na Ata terão validade de 12 (doze) meses.
- 8.13** Não será permitida a cotação de quantidades inferiores às aquelas compreendidas no Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta do item/grupo a que se referir.
- 8.14** Havendo apresentação de lances ou propostas com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, a LICITANTE vencedora deverá efetuar a adequação para duas casas, com o arredondamento para o valor inferior ao apresentado no sistema. Caso a LICITANTE não providencie essas correções, ela será efetuada pelo(a) Pregoeiro(a).
- 8.15** Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos (na proposta escrita, enviada após a fase de lances).
- 8.16** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a LICITANTE for classificada na sessão de Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade previstas neste Edital.
- 8.17** O serviço deverá conter o prazo de garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos, se outro não estiver estabelecido na descrição de cada item no Termo de Referência (Anexo I), ou conforme o prazo estabelecido na proposta de preços, caso este seja maior que o mínimo estabelecido no Edital.
- 8.18** Ocorrendo discordância entre a descrição detalhada inserida pela UFPB no sistema Comprasnet e o Edital, prevalecerão as informações contidas no Edital.
- 8.19** Ocorrendo discordância entre a descrição detalhada do(s) item(s) na Nota de Empenho e na proposta de preços original assinada, prevalecerá a descrição da proposta de preços.
- 8.20** Havendo discordância entre a marca contida na Nota de Empenho e na proposta original assinada, prevalecerá a marca constante no Empenho, por ser a marca inserida pela



empresa no sistema Comprasnet e registrada na Ata da sessão do Pregão.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 No dia e hora previstos no item 2 do presente Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico quando o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital. Caso constate irregularidades, promoverá a exclusão da proposta por item. Uma vez executado este procedimento, o(a) Pregoeiro(a) fará a divulgação das propostas classificadas, ordenadas automaticamente pelo sistema, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.2 SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

- a) Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- b) Na descrição detalhada, forem totalmente omissas ou apresentarem somente expressões do tipo “conforme Edital” ou “atendemos o Edital” e não apresentarem as informações principais sobre o serviço ofertado;
- c) Apresentarem preços ou vantagens baseados nas ofertas de outras LICITANTES;
- d) Não preencherem corretamente os campos do sistema eletrônico, de acordo com as informações solicitadas e determinadas no item 8 deste Edital;
- e) Que ofertarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, não sendo possível comprovar a sua exequibilidade, inclusive em itens que estiverem agrupados;
- f) Apresentarem a quantidade de cada item inferior ao estabelecido no Termo de Referência.

9.3 O(A) Pregoeiro(a), juntamente com a equipe de apoio, analisará previamente as propostas cadastradas, de forma que aquelas explicitamente contrárias ao Edital serão, então, desclassificadas.

9.4 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

9.5 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica na submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

9.6 A proposta de preço será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários à execução do(s) serviço(s).



9.7 A desclassificação de qualquer proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10. DA ETAPA DE LANCES E DO JULGAMENTO

10.1 ETAPA DE LANCES

- 10.1.1 O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances;
- 10.1.2 Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, momento em que as LICITANTES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- 10.1.3 Caberá à LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 10.1.4 As LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;
- 10.1.5 A LICITANTE somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no Sistema;
- 10.1.6 Serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo como critério para classificação aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 10.1.7 Durante o transcurso da sessão pública, as LICITANTES serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação da LICITANTE;
- 10.1.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a);
- 10.1.9 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances;
- 10.1.10 No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 10.1.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação (www.comprasnet.gov.br);
- 10.1.12 Encerrada a fase de lances, o sistema verificará as LICITANTES que terão direito de apresentar novo lance inferior ao considerado inicialmente vencedor, tendo como critério o estabelecido no §2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, que considera empatadas as propostas de valores iguais ou superiores até 5% do menor preço;



- 10.1.13 O sistema identificará, em coluna própria, as ME/EPP participantes, fazendo comparação entre os valores da primeira colocada, caso não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPP, na ordem de classificação que se encontrar na faixa de 5% acima da proposta de menor preço;
- 10.1.14 Os itens classificados nas características anteriores serão selecionados automaticamente pelo sistema e as LICITANTES classificadas em segundo lugar serão convocadas a apresentar sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido;
- 10.1.15 Não havendo manifestação das LICITANTES classificadas em segundo lugar, o sistema convocará as demais MP/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação;
- 10.1.16 Caso sejam identificadas propostas de ME/EPP empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará um sorteio eletrônico entre essas, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 10.1.17 As LICITANTES que não se manifestaram como ME/EPP no momento do envio da proposta, terão o tratamento igual às demais LICITANTES, conforme definido no item 7.2 deste Edital, não cabendo o direito a recursos posteriores;
- 10.1.18 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo LICITANTE não poderá ser inferior a 20 segundos, de acordo com a Instrução Normativa nº 3, da SLTI/MPOG, de 16 de dezembro de 2011;
- 10.1.19 Os lances enviados em desacordo com o item 10.1.18 serão descartados automaticamente pelo sistema (artigo 3º da Instrução Normativa nº 3, da SLTI/MPOG, de 16 de dezembro de 2011).

10.2 DO JULGAMENTO

- 10.2.1 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 10.2.2 O julgamento das propostas obedecerá ao critério do menor preço por item/grupo;
- 10.2.3 Declarado o encerramento da etapa competitiva, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente à(s) LICITANTE(s) que tenha(m) apresentado o(s) lance(s) mais vantajoso(s), para redução, adequação ao valor estimado ou ainda aplicar o disposto no artigo 10 do Decreto nº 7.892/2013;
- 10.2.4 A negociação, bem como a aplicação do disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais LICITANTES, e a inclusão em Ata dos preços das LICITANTES que aceitaram igualar suas propostas ao lance vencedor, se dará após o sistema SIASG/Comprasnet permitir seu registro;
- 10.2.5 O(A) Pregoeiro(a) solicitará, via *chat* do sistema, após a fase de lances, o envio de anexo com a proposta de preços e prospectos, a fim de que seja efetuada a análise detalhada da especificação do(s) item(ns). A proposta de preços e prospectos solicitados devem ser encaminhados pelo sistema Comprasnet, *e-mail*,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- conforme determinação do(a) Pregoeiro(a) na sessão do pregão;
- 10.2.6 Se a(s) proposta(s) não for(em) aceitável(eis) ou estiver(em) com valor acima do estimado ou se a LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;
- 10.2.7 Havendo desclassificação da proposta classificada em primeiro lugar, o sistema verificará a existência de propostas de ME/EPP para retornar a fase de lances e convocará as LICITANTES a apresentarem novos lances;
- 10.2.8 Caso julgue necessário, antes de concluir pela aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar amostra e/ou prospecto à LICITANTE que estiver classificada em primeiro lugar. Na hipótese de solicitação da amostra/prospecto, a sessão será suspensa e somente será retomada após a decisão do(a) Pregoeiro(a) sobre as amostras apresentadas. Quando a LICITANTE for vencedora em vários itens, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar a amostra de somente de alguns itens a qual servirá de parâmetro para decisão sobre as demais, prevendo o espaço físico para a guarda das amostras e economia para a LICITANTE com o transporte;
- 10.2.9 A entrega/apresentação da(s) amostra(s) terá de ser feita no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da solicitação formal, via *chat*, no endereço em que o(a) Pregoeiro(a) determinar no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da(s) empresa(s) que entregar(em) a(s) amostra(s) em endereço diverso do informado no *chat* e/ou fora do prazo determinado;
- 10.2.10 A(s) amostra(s) deverá(ão) ser acompanhada(s) de ficha técnica dos produtos ofertados, contendo suas características e especificações de acordo com o Edital e matéria-prima utilizada. Deverá(ão) estar identificada(s) com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa, número da licitação e o número do item a que se refere(m);
- 10.2.11 Recebida(s) a(s) amostra(s), a área requisitante efetuará a análise em até 5 (cinco) dias úteis, se não houver necessidade de pareceres externos a UFPB, verificando a sua compatibilidade com o Anexo I do Edital e a(s) proposta(s) comercial(is), e emitirá um parecer devidamente fundamentado, aprovando ou contraindicando o(s) item(ns) cotado(s);
- 10.2.12 Caso a(s) amostra(s) da(s) empresa(s) que ofertou(aram) o menor preço não seja(m) compatível(is) com o objeto da licitação, será(ão) convocada(s) a(s) empresa(s) subsequente(s), na ordem de classificação, para apresentação de amostra(s), no mesmo prazo do item 10.2.9, sem prejuízo das sanções legais pertinentes à LICITANTE desclassificada por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do Edital;
- 10.2.13 A(s) amostra(s) aceita(s) ou incompatível(is) ficará(ão) sob a guarda da UFPB até a homologação do Pregão. Após a homologação, a(s) amostra(s) deverá(ão) ser retirada(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo que a UFPB não se responsabilizará por qualquer dano causado a essas, durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento da(s) mesma(s). APÓS ESTE PERÍODO A UFPB PROVIDENCIARÁ O DESCARTE DA(S) AMOSTRA(S);
- 10.2.14 O(A) Pregoeiro(a) anunciará a(s) LICITANTE(s) detentora(s) da(s) proposta(s) ou do(s) lance(s) de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do(s) lance(s) de menor valor;

10.2.15 A PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS deverá ser ENTREGUE pela(s) empresa(s) vencedora(s) ao(à) Pregoeiro(a), no prazo estipulado por este(a), na sequência a seguir:

a) eletronicamente pelo sistema Comprasnet ou para o para o *e-mail* cpipu@prefeitura.ufpb.br ou pessoalmente, no prazo máximo de 02 (duas) horas ou em prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a) via *chat*, dependendo do volume de documentação a ser recebida:

a.1) Os documentos enviados por *e-mail* devem ser digitalizados a partir dos originais assinados;

a.2) Os prazos a que se refere essa cláusula serão suspensos no período compreendido entre as 18h e 8h do dia subsequente, salvo em casos de determinação de prazo distinto, feita expressamente pelo(a) Pregoeiro(a) no *chat* do sistema.

10.2.16 A sessão do Pregão será suspensa para aguardar o recebimento da documentação original, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a) no *chat* do sistema, para a habilitação da(s) LICITANTE(s);

10.2.17 A(s) LICITANTE(s) vencedora(s) que não cumprir(em) as determinações dos itens 10.2.8, 10.2.9, 10.2.10 e 10.2.15 será(ão) considerada(s) desistente(s), convocando-se a(s) segunda(s) colocada(s), sem prejuízo das sanções estabelecidas no item 20 deste Edital;

10.2.18 Todas as LICITANTES participantes deverão acompanhar a sessão, via *chat*, durante todas as fases do pregão, assumindo os ônus decorrentes da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

10.2.19 As LICITANTES convocadas que não apresentarem proposta de preço e/ou outros documentos solicitados de acordo com o Edital, no prazo determinado via *chat*, serão desclassificadas e consideradas desistentes, não sendo convocadas posteriormente para qualquer outro item que a empresa venha a se classificar, sem prejuízo dos itens já aceitos pelo(a) Pregoeiro(a).

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A comprovação da habilitação jurídica, da qualificação econômico-financeira e da regularidade fiscal na forma e condições estabelecidas neste Edital, será por meio de cadastramento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com habilitação parcial, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 11/10/2010, da SLTI/MPOG, assegurando-se a já cadastrada o direito de encaminhar, a documentação atualizada e regularizada, durante a sessão do pregão. Serão realizadas consultas ao SICAF e CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas – <http://www.portaltransparencia.gov.br>) e CNDT (Certidão Negativa de Débitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Trabalhistas – <http://www.tst.jus.br/certidao>), para fins de verificação de regularidade, sendo inabilitadas as empresas consideradas inidôneas ou que estiverem suspensas para contratação com a União. Além destas consultas, será necessária apresentação da documentação relacionada no item 11.1.4:

I - A(s) LICITANTE(S) que se declarar(am) como ME/EPP e que apresentar(em) alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, terá(ão) o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhar(em) a documentação regularizada, a partir do momento em que for(em) declarada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, a sessão será suspensa para aguardar o envio da documentação, com data e horário de retorno definidos pelo(a) Pregoeiro(a);

II - Havendo necessidade a LICITANTE poderá solicitar, por escrito, a prorrogação do prazo por mais 02 (dois) dias úteis;

III - As demais LICITANTES deverão apresentar a documentação, dentro do prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão.

11.1.1 O cadastramento no SICAF deverá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais (SISG), após seguidas as instruções contidas no *website* <http://www.comprasnet.gov.br> ;

11.1.2 Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá atender às condições exigidas para o cadastramento no SICAF, apresentando a documentação discriminada na Instrução Normativa nº 2, de 11/10/2010, da SLTI/MPOG, ao órgão cadastrador para validação do respectivo cadastro, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública na Internet;

11.1.3 No caso de atualização do cadastro realizado no prazo definido acima, porém não constante no SICAF, a interessada deverá comprovar, na própria sessão do Pregão, o cumprimento desta exigência, a fim da LICITANTE ser considerada habilitada neste quesito. A contratação somente se efetivará no caso do cadastramento ser efetivado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;

11.1.4 O(A) Pregoeiro(a) solicitará, via *chat*, à(as) LICITANTE(s) com o menor preço por item/grupo, os documentos de habilitação abaixo relacionados, que deverão ser transmitidos em até 02 (duas) horas, ou em prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a), via *chat*, conforme volume de documentação a ser recebido para *e-mail* cplpu@prefeitura.ufpb.br:

a) Como requisito para a habilitação, a LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que inexistente fato superveniente, impeditivo da habilitação no presente certame licitatório;

b) Como requisito para a habilitação, a LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

c) Como requisito para a habilitação, a LICITANTE deverá manifestar, em campo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

próprio do sistema eletrônico, que apresenta proposta absolutamente independente em relação às demais LICITANTES participantes do pregão eletrônico e, por consequência, incapaz de frustrar o caráter competitivo do certame licitatório;

d) Atestado de capacidade técnica, que comprove já ter executado serviço compatível com o objeto da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando CNPJ, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de execução;

e) Comprovação de Capital ou Patrimônio Líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do serviço a ser executado, conforme o valor da proposta vencedora constante do Anexo I da Ata, relativamente à data da apresentação da proposta, exigida somente no caso da LICITANTE apresentar resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

f) Demais atestados previstos no item 7.4 do Termo de Referência.

11.1.5 Após a análise e julgamento da proposta de preços, a licitante vencedora será convocada para encaminhar, nos moldes da Portaria Normativa SLTI-MPOG Nº 05, de 19/12/2002 ao protocolo geral ou via postal, com AR (Aviso de Recebimento), no prazo de 72 (setenta e duas) horas para o endereço abaixo, a documentação física (todos originais assim como a proposta atualizada) para análise e, uma vez aprovada, efetuada a habilitação da empresa convocada:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
a/C Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária
Cidade Universitária, s/nº
Castelo Branco
João Pessoa-PB
CEP.: 58.051-900.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS PARA O(A)
PREGOEIRO(A) NO PRAZO DETERMINADO.

12. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

12.1 Efetuados os procedimentos previstos nos itens 7, 9 e 10 deste Edital e sendo aceitável(eis) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) procederá, imediatamente após o recebimento da documentação, à verificação do atendimento das condições de habilitação da(s) LICITANTE(s).

12.2 A regularidade do cadastramento da LICITANTE no SICAF será confirmada por meio de consulta *on line*.

12.3 Procedida a consulta, será impressa declaração demonstrativa da situação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

LICITANTE (IN nº 02/2010-SLTI/MPOG), que será juntada ao processo de licitação.

- 12.4** Será assegurado à LICITANTE já cadastrada no SICAF, o direito de apresentar, caso esteja com algum documento vencido, a documentação atualizada e regularizada, na fase de habilitação, devendo, posteriormente, encaminhar ao(à) Pregoeiro(a) os originais ou cópias autenticadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, podendo o(a) Pregoeiro(a) verificar a regularidade da LICITANTE por meio dos sítios Internet respectivos.
- 12.5** A(s) LICITANTE(S) que deixar(em) de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na licitação ou os apresentar(em) em desacordo com o estabelecido neste Edital, será(ão) inabilitada(s), sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 12.6** Se a(s) LICITANTE(s) desatender(em) às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a(s) oferta(s) subsequente(s), verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da(s) LICITANTE(s) na ordem de classificação e, assim, sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a(s) respectiva(s) LICITANTE(s) declarada(s) vencedora(s) e a ela(s) adjudicado(s) pelo(a) Pregoeiro(a) o(s) item(ns) objeto(s) do certame.
- 12.7** Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita pelo(a) Pregoeiro(a) a adjudicação do(s) item(ns) objeto(s) da licitação à(s) LICITANTE(s) declarada(s) vencedora(s), com posterior encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária da UFPB, para homologação e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, os procedimentos serão os descritos no item 13.
- 12.8** A indicação do(s) lance(s) vencedor(es), a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30 do Decreto nº 5.450/2005 e na legislação pertinente.
- 12.9** Não será aceito nenhum protocolo de entrega, em substituição aos documentos relacionados no Edital.
- 12.10** A Administração reserva-se ao direito de, julgando necessário, proceder a diligências junto aos órgãos emitentes das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados.
- 12.11** Para fins de habilitação, a verificação realizada pela UFPB junto aos sítios (Internet) oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.
- 12.12** Serão sanados pelo(a) Pregoeiro(a), através de informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais.
- 12.13** No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou



falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Declarado o vencedor, qualquer LICITANTE poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema Comprasnet, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias, também em meio eletrônico no sistema Comprasnet, para apresentar as razões de recurso, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, através de campo próprio do sistema, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.1.1 O Pregoeiro decidirá em até 05(cinco) dias úteis, após o término do prazo de contrarrazões.

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada da LICITANTE quanto à intenção em recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o(s) objeto(s) à(s) LICITANTE(s) declarada(s) vencedora(s).

13.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

13.5 Dos atos da Administração, decorrente da aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, caberão:

I. Recurso dirigido ao Prefeito Universitário da UFPB, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 21.14 deste Edital, nos casos de:

- a) Anulação ou revogação da licitação;
- b) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993;
- c) A aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III. Pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Educação, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.6 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993).

13.7 A intimação dos atos referidos nas alíneas “a” e “b” do inciso I do subitem 13.5 será feita mediante publicação no Diário Oficial da União.

13.8 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

13.9 Julgados os recursos, o Prefeito Universitário da UFPB fará a adjudicação do(s) objeto(s) licitado(s) à(s) LICITANTE(s) declarada(s) vencedora(s), homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

13.10 Não serão reconhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

13.11 Após a homologação do presente processo licitatório, os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária da UFPB, situada à Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, João Pessoa-PB, CEP.: 58.051-900.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 Julgados os recursos (se houver) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Universitário da UFPB homologará a licitação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

15.1 O compromisso para a futura contratação será efetivado através da Ata de Registro de Preços (Anexo III - Minuta da Ata), com vigência não superior a 12(doze) meses. Homologada esta licitação, a UFPB convocará a(s) LICITANTE(S) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de aquisição nas condições estabelecidas. A contratação da LICITANTE será formalizada através da emissão da Autorização de Fornecimento, sempre que a UFPB julgar necessário, de acordo com suas necessidades e mediante emissão de Nota de Empenho, sendo que a LICITANTE terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, para retirar a Nota de Empenho.

15.1.1 Será dispensada a celebração de instrumento específico de Contrato, na forma do dispositivo no art. 62 da Lei 8.666/1993, sendo o mesmo substituído pelos seguintes instrumentos em conjunto:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- a) Este Edital com seus Anexos;
- b) A proposta escrita e os lances;
- c) A Ata de Registro de Preços e seus anexos;
- d) A Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho.

15.2 Se a LICITANTE vencedora não apresentar situação regular no SICAF no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida ou recusar-se injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços ou a Autorização de Fornecimento (AF), no prazo de 03 (três) dias úteis contados da devida convocação, será facultado ao Prefeito Universitário da UFPB convocar as LICITANTES remanescentes, observada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, efetuar a negociação sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela UFPB.

15.4 A LICITANTE vencedora se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.5 Os serviços a serem executados deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias, a partir da solicitação da Prefeitura Universitária da UFPB, em perfeitas condições e em conformidade com as especificações da proposta de preço e as especificações técnicas mínimas constantes do Edital.

15.6 A existência de preços registrados não obriga a UFPB a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.7 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15.7.1 A Ata poderá sofrer alterações de preços de acordo com as condições estabelecidas nos artigos 18 e 19 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

15.8 Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.



- 15.9** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, em atendimento ao §1º do art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.
- 15.10** A Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, conforme artigo 12 do Decreto nº 7.892/2013.
- 15.11** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços fica definido pelo §4º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013.
- 15.12** A fiscalização será exercida no interesse da UFPB e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 15.13** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços da LICITANTE vencedora do certame, farão parte integrante da Autorização de Fornecimento (AF), independente de transcrição.
- 15.14** Para cada solicitação de serviço, a UFPB emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF) e uma Nota de Empenho. A AF e a Nota de Empenho substituirão o contrato, conforme previsto na Lei nº 8.666/1993.
- 15.14.1** A UFPB não se obriga a adquirir os quantitativos totais previstos neste Edital, sendo a conveniência restrita ao orçamento e as necessidades da instituição.

16. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº 7.892/2013 e IN nº 04/1999, da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio (SEAP), relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 16.2** Havendo remanescente de serviço a ser executado, inclusive em função do direito de acréscimo não exercido pelos órgãos ou entidades usuárias do registro, poderão estas autorizar a UFPB a proceder o devido apostilamento na respectiva Ata de Registro de Preços e acatar os eventuais pedidos de outros órgãos e/ou entidades da Administração não-participantes desta licitação.
- 16.3** A UFPB é o órgão responsável pelos atos, controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o



fornecedor para o qual será emitida a Autorização de Fornecimento.

- 16.4** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não-participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata, conforme redação dada pelo §6º do artigo 22 do Decreto nº 7.982/2013.

17 DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 17.1** A inexecução total ou parcial dos instrumentos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 15.1.1 enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

- 17.2** Os procedimentos de rescisão, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

- 17.3** Quanto a sua forma, a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1** As possíveis despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrão no exercício de 2015/2016, através da seguinte dotação orçamentária da União:

Órgão: Universidade Federal da Paraíba
Unidade (UASG): Prefeitura Universitária (153066)
Natureza da Despesa: 3390.39 (Serviço)
Fonte de Recursos: 0112000000.

19. DO PAGAMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

19.1 O pagamento será efetuado pela UFPB em moeda nacional, mediante ordem bancária, e ocorrerá até o 15º (décimo-quinto) dia útil, após o recebimento definitivo do(s) serviço(s) por servidor da UFPB devidamente designado, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade do cadastramento no SICAF.

19.1.1 O recebimento dos serviços será provisório na finalização, havendo o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento provisório.

19.2 A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizadas parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da CONTRATADA.

19.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

19.3.1 Em atendimento aos Protocolos CONFAZ ICMS nº 42/2009 (e suas alterações) e nº 191/2010, ficam obrigadas a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NFe) modelo 55, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, todas as empresas que realizarem operações com a Administração Pública.

19.4 Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme IN RFB nº 1.234/2012.

19.5 Não haverá a retenção prevista no subitem 19.4, caso a CONTRATADA seja optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, ou se encontre em uma das situações elencadas no artigo 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

19.6 Para usufruir o direito apresentado no item 19.5, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a Declaração de Optante, conforme determinação da IN RFB nº 1.234/2012 (e alteração posterior) e Anexo V deste Edital, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstos na legislação específica. A não-apresentação da declaração implicará na retenção integral dos impostos.

19.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pela CONTRATANTE será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = $T/365$;

T = Percentual da taxa anual = 6% ;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento ;

VP = Valor da prestação a ser paga .

De onde se obtém que $I = 0,000164384$.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS POR INADIMPLEMENTO

20.1 Em caso de não-envio da amostra e dos documentos de habilitação, de acordo com os itens 10.2.15 e 11.1.4, inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, inadimplemento contratual ou não-veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativa, garantida prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multas (que deverão ser recolhidas em favor da UFPB e cujas guias de recolhimento deverão preenchidas de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE):

- a) 1% (um por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por dia de atraso na finalização do serviço, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora, no caso de recusa injustificada da LICITANTE adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preço ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidos neste Edital;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da UFPB, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida a prévia defesa, independentemente das demais sanções cabíveis;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens executados em desacordo, conforme a especificação do Edital e apresentada na proposta de preço da LICITANTE;
- f) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do serviço no prazo determinado no Termo de Referência, caso não esteja de acordo com a especificação exigida em Edital, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do serviço e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

g) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de cancelamento integral da Ata por ato unilateral da UFPB, motivada por culpa da CONTRATADA ou a pedido da mesma.

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, no caso da LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta de preço, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento (AF), deixar de entregar documentação solicitada, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no inciso II do item 20.1 deste instrumento Editalício.

20.2 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

20.2.1 É **OBRIGATÓRIA** a apresentação de endereço eletrônico válido da LICITANTE em sua proposta de preços, conforme o modelo do Anexo II deste Edital, para fins de recebimento de notificações, comunicados e intimações:

- a) Empresas que retirarem o Edital pelo sistema Comprasnet têm a obrigação de manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para os fins expostos acima;
- b) Caso a LICITANTE opte por enviar o Termo de Retirada de Edital, fica esta OBRIGADA a apresentar no mesmo um endereço de correio eletrônico válido, para os fins expostos acima.

20.3 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

20.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativa e/ou judicialmente, com sua inscrição na Dívida Ativa da União.

20.4.1 Não havendo o pagamento da multa no vencimento constante na Guia de Recolhimento da União (GRU) e inexistindo garantia contratual, haverá a atualização dos valores conforme fórmula constante no item 19.7 deste Edital.



20.5 As sanções previstas nos incisos I e III da cláusula 20.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, da mesma cláusula.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da UFPB, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.2 O desatendimento de exigências formais não-essenciais não importará no afastamento da LICITANTE, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualidades e as exatas compreensões de sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

21.3 É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.4 Nenhuma indenização será devida às LICITANTES pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.5 A adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que somente se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da UFPB, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.7 O Prefeito Universitário da UFPB poderá revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

21.8 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9 O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às LICITANTES interessadas em participar deste Pregão.

21.10 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos local e horário anteriormente estabelecidos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- 21.11** A sessão pública poderá ser acompanhada pelos interessados através do sítio Internet <http://www.comprasnet.gov.br> (Acesso Livre), onde também ficará disponível a Ata de realização do certame, após o encerramento da sessão pública.
- 21.12** A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis nos sítios Internet <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.prefeitura.ufpb.br>.
- 21.13** As LICITANTES que retirarem o Edital na página da UFPB deverão encaminhar o Termo de Retirada de Edital para o tel (83)3216-7091, para futuras comunicações. A falta de remessa deste Termo exime a UFPB de comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais.
- 21.14** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser recebidos pelo(a) Pregoeiro(a) no PRAZO MÁXIMO de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do endereço eletrônico cplpu@prefeitura.ufpb.br, os quais serão respondidos em até 24 (vinte e quatro) horas DO HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO do Pregão, EXCLUSIVAMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET, dando maior clareza e publicidade ao processo. Demais informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária da UFPB, situado à Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, João Pessoa-PB, CEP.: 58.051-900, ou pelo telefone (83) 3216-7091.
- 21.15** Foro: As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa-PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos na alínea “d” do inciso I do art. 102 da Constituição Federal.
- 21.16** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).
- 21.17** São partes integrantes deste Edital:
- Anexo I - Termo de Referência
 - Anexo II - Modelo de Planilha para Cotação
 - Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços (com Anexos III-A e III-B)
 - Anexo IV - Modelo da Autorização de Fornecimento
 - Anexo V - Declaração do Simples Nacional (IN RFB nº 1.234/2012)
 - Anexo VI - Termo de Sigilo e Responsabilidade
 - Anexo VII - Modelo de Declaração de Visita Técnica (Vistoria)
 - Anexo VIII - Minuta do Contrato

João Pessoa - PB, XX de julho de 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário
UFPB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015 **PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16**

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 8º e inciso II do artigo 21 do Decreto nº 3.555/2000 e inciso I e §2º do artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005.

1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) intenciona contratar pessoa jurídica, com base na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, no Decreto nº 7.892, 23/01/20013, na Portaria nº 5, de 11/06/2003, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e nas demais normas legais e regulamentares, através de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDES DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL**, a fim de atender as demandas de melhoria da Rede UFPB – infraestrutura de comunicação de dados da instituição – em todos os *campi* da UFPB.

2. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a contratação de empresa para **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDES DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL**, a fim de atender, com menor preço por item/grupo, as necessidades da UFPB relacionadas nas especificações técnicas mínimas constantes deste Termo .

As especificações técnicas mínimas e respectivas quantidades dos itens estão apresentadas no item 07 deste Termo e foram compiladas de acordo com as solicitações e justificativas dos requisitantes.

3. JUSTIFICATIVA

Desde sua criação e ao longo de sua história, a UFPB vem cumprindo papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Na esfera da educação superior, a UFPB tem o reconhecimento social como resultado de sua histórica contribuição



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ao avanço científico e tecnológico regional, bem como à formação de quadros profissionais de excelência para a Paraíba e para o restante do país.

Formando e qualificando profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizando pesquisa aplicada e promovendo o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, e oferecendo mecanismos para a educação continuada, a UFPB é, sem dúvida, uma instituição de grande importância no contexto socioeconômico da região.

Nos últimos cinco anos, com a adesão ao novo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) do Governo Federal, a UFPB conseguiu dobrar de tamanho e, hoje, já é a instituição de ensino superior do Norte e Nordeste do país a oferecer o maior número de vagas em seu processo seletivo. Em 2005, a UFPB oferecia cerca de 3.700 vagas por ano e, em 2012, esse número chegou a 8.020 vagas distribuídas pelo Processo Seletivo Seriado (PSS) e pelo ENEM/SISU.

Atualmente, a Reitoria e os *campi* da UFPB não possuem contrato para implantação de uma infraestrutura de rede cabeamento estruturado (dados, telefonia e elétrica), o que dificulta o avanço da instituição no mesmo passo da expansão promovida pelo REUNI. A infraestrutura de rede existente precisa ser ampliada e revisada, principalmente no que tange à observação das normas técnicas específicas e diretivas ambientais. Em razão desse “vácuo”, soluções caseiras são adotadas – instalação de roteadores wi-fi domésticos (em sua maioria, à revelia da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPB), cabos de rede são instalados sem o devido dimensionamento, identificação e/ou proteção, entre outras – prejudicando enormemente o desempenho da Rede UFPB.

Com a contratação dos serviços especificados neste Edital, a UFPB pretende corrigir as atuais deficiências em sua infraestrutura de rede, com base em normas técnicas, bem como ampliar essa infraestrutura – também dentro das normas – para atender a grande demanda por novos acessos, obedecendo a especificidade de cada unidade organizacional.

A modalidade de licitação definida neste processo cumpre o disposto nos Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/2013, permitindo assim a aquisição de forma parcelada, nas quantidades e no momento adequados às necessidades da UFPB.

4. GENERALIDADES

4.1 As empresas interessadas em participar do Pregão poderão agendar visita técnica para avaliação da infraestrutura dos *campi* da UFPB. Esta avaliação deverá ser agendada e acompanhada por um técnico da STI/UFPB. A visita deverá ser comprovada por Declaração (vide Anexo VII) assinada pelo responsável pelo respectivo *campus* ou unidade organizacional. A visita será permitida a partir da publicação do Edital até o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

último dia útil que anteceder a realização do pregão eletrônico. A citada declaração deverá ser entregue no momento da aceitação das propostas, junto com os demais documentos exigidos pelo(a) Pregoeiro(a).

4.1.1 A LICITANTE que optar por não efetuar vistoria, deverá entregar a(o) Pregoeiro(a) declaração afirmando que concorda com todas as condições apresentadas neste Edital e seus anexos.

4.2 Os serviços a serem executados deverão ser realizados parceladamente nos *campi*, em conformidade com as quantidades e especificações determinadas em cada Autorização de Fornecimento.

4.3 Locais de Execução:

Campus ou Unidade Externa	Endereço
Campus I – João Pessoa	Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco João Pessoa-PB CEP.: 58.051-900
Campus II – Areia	Centro de Ciências Agrárias (CCA) Areia-PB CEP: 58.397-000
Campus III – Bananeiras	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) Bananeiras-PB CEP: 58.220-000
Campus IV – Litoral Norte	Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) Rua da Mangueira, s/nº - Centro Rio Tinto-PB CEP:58.297-000 Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) Unidade Mamanguape PB-041 Km 32 Mamanguape-PB CEP: 58.280-000
Unidade Acadêmica Externa – (Mangabeira)	Avenida dos Escoteiros, s/nº - Mangabeira VII Distrito Industrial de Mangabeira João Pessoa-PB CEP 58.055-000
Unidades Externas do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)	Praça João Pessoa Centro João Pessoa-PB CEP: 58.010-821 BR-230 Km 37,5 Várzea Nova Santa Rita-PB CEP: 58.300-000

4.4 A CONTRATADA se obriga a executar todo o serviço, de acordo com as especificações técnicas, na quantidade informada na Autorização de Fornecimento. Em nenhuma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

hipótese será aceita a execução parcial do serviço.

- 4.5** O serviço somente poderá ser executado parcialmente, se a LICITANTE encaminhar justificativa, solicitando o cancelamento dos itens pendentes, para ser avaliada pela Administração e posterior aplicação de penalidades.
- 4.6** A Administração poderá solicitar a antecipação da execução do serviço constante da Autorização de Fornecimento, somente se a LICITANTE conseguir atender ao pedido.
- 4.7** Em atendimento ao Protocolo ICMS no 42/2009 e Protocolo ICMS/CONFAZ nº 191, ficam obrigadas a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, todas as empresas que realizarem operações com a Administração Pública.
- 4.7.1** A Nota Fiscal eletrônica deverá ser emitida com o CNPJ do requisitante, a saber:
Universidade Federal da Paraíba - 24.098.477/0001-10.
- 4.8** A proposta a ser apresentada deverá indicar o preço unitário por item, fixo e irrevogável, com somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula, devendo estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e as despesas decorrentes da execução do serviço, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 4.9** A proposta a ser apresentada não poderá ter validade inferior a 100 (cem) dias.
- 4.10** Para ser contratada a LICITANTE deverá possuir o cadastramento obrigatório no SICAF, conforme o previsto nos itens 3.1.1 e 5.3 do Edital do pregão eletrônico.
- 4.11** O valor total estimado da licitação é de R\$ 3.040.604,22 (três milhões, quarenta mil, seiscentos e quatro reais e vinte e dois centavos).

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 5.1** Executar os serviços nos endereços citados no item 4 do presente Termo de Referência, em perfeitas condições e nas quantidades informadas, de acordo com o item 7 deste mesmo Termo.
- 5.2** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela UFPB.
- 5.3** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, durante toda a vigência do Contrato.
- 5.4** Responsabilizar-se pelo fornecimento do serviço especificado no Termo de Referência,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, direta ou indiretamente, causar ou provocar a UFPB.

- 5.5** Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela UFPB acerca dos fornecimentos e serviços contratados, bem como sobre qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do serviço especificado no Termo de Referência.
- 5.6** Implementar rigorosa gerência de contrato, com observância a todas as disposições constantes deste Termo de Referência.
- 5.7** Custear todos as despesas inerentes à execução dos serviços elencados no Termo de Referência, tais como (e não somente) hospedagem, deslocamentos, alimentação e telefonia.
- 5.8** Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei, conforme a legislação aplicável. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, a sua custa, das multas eventualmente impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública.
- 5.9** Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação somente serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da UFPB.
- 5.10** Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades que serão objeto do Contrato, sem prévia autorização da UFPB.
- 5.11** Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também sobre as demais informações internas da UFPB as quais a CONTRATADA tiver conhecimento.
- 5.12** Providenciar que todo técnico alocado, antes do início das atividades, faça a assinatura do Termo de Sigilo e Responsabilidade (Anexo VI).
- 5.13** Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pela UFPB.
- 5.14** Apresentar à fiscalização, acompanhado das notas fiscais e/ou documentos de cobrança, relatório que ateste os serviços e o grau de satisfação com os mesmos, a ser providenciado junto ao responsável pelos serviços prestados, sob pena de suspensão do pagamento até o cumprimento desta exigência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- 5.15** Refazer os serviços que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços e nas determinações deste Edital, em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação da CONTRATANTE.
- 5.16** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro contra acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a UFPB.
- 5.17** Elaborar e apresentar documentação técnica dos fornecimentos e dos serviços executados, nas datas aprazadas, visando sua homologação pela UFPB.
- 5.18** Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados.
- 5.19** Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço, que eventualmente não atenderem aos requisitos do Termo de Referência, ou por solicitação da UFPB devidamente justificada.
- 5.20** Responder por quaisquer acidentes dos quais possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço.
- 5.21** Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto deste Edital, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento.
- 5.22** Manter, durante a vigência da Ata, o cadastramento atualizado no SICAF.
- 5.23** Assinar o Contrato em até 03 (três) dias úteis, após a convocação pela UFPB.
- 5.24** Iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do Contrato.
- 5.25** As solicitações de alteração de preços e/ou o cancelamento de itens da Ata registrada deverão ser formalizadas, devidamente justificadas e encaminhadas à Prefeitura Universitária da UFPB, que procederá sua análise no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- 6.1** Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à perfeita execução do Contrato, segundo o previsto neste Edital.
- 6.2** Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários, que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços.



- 6.3** Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Edital, garantindo a prévia defesa.
- 6.4** Proporcionar todas as facilidades para a CONTRATADA no que tange ao acesso de seus profissionais às dependências da UFPB, visando a execução dos serviços especificados no presente Edital. Os profissionais em questão ficarão sujeitos a todas as normas internas da UFPB, principalmente as relativas à segurança, identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.
- 6.5** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço especificado no Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 6.6** Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 6.7** Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.
- 6.8** Homologar os serviços prestados, quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência.
- 6.9** Solicitar por escrito, durante o período de execução do objeto, a substituição dos serviços que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com o exigido pelo Termo de Referência.
- 6.10** Solicitar a LICITANTE vencedora que assine o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação.
- 6.11** Solicitar por escrito, durante o prazo de garantia, a substituição dos serviços que apresentarem defeito.
- 6.12** Promover as sanções administrativas decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela LICITANTE, que incluirão desde o registro de ocorrência junto ao SICAF, até restrições quanto à futuras contratações junto à Administração Pública.
- 6.13** Enviar à CONTRATADA as Autorizações de Fornecimento, por e-mail, assegurando-se de que esta recebeu o referido documento.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

São normas técnicas e premissas básicas aplicáveis ao presente Termo de Referência:

A - Normas Técnicas:

1. NBR5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
 2. EIA/TIA 568-A – Cabeamento de telecomunicações “Cat. 5E”, para edifícios comerciais;
 3. EIA/TIA 568-B.2.1 – Cabeamento de telecomunicações “Cat. 6”, para edifícios comerciais;
 4. EIA/TIA 569-A – Caminhos e espaços de telecomunicações para rede interna estruturada;
 5. EIA/TIA PN3012 – Cabeamento com fibra óptica;
 6. EIA/TIA 606-A – Administração de infraestrutura de telecomunicações;
 7. NBR 14565 – Procedimentos básicos para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;
 8. NBR 5413 e NR 17 – Ergonomia e iluminação;
 9. TSB 72 – Procedimento de serviços ópticos;
- Outras normas citadas nas especificações abaixo.

B - Premissas Básicas:

1. Obediência às normas e padrões recomendados neste documento, garantindo assim padronização e confiabilidade à rede;
2. Todos os materiais de conectividade deverão ser de um mesmo fabricante e deverão ter uma garantia mínima de 15 (quinze) anos, atendendo as especificações do memorial descritivo;
3. Caso a proponente não seja a fabricante dos materiais de conectividade, essa deverá apresentar declaração do fabricante atestando que está apta a fornecer e instalar os referidos materiais, atendendo a garantia em questão. A declaração deve conter o número do certame e fazer parte integrante da proposta comercial. A não-apresentação da declaração implicará em desclassificação da proponente;
4. Adotar toda a infraestrutura (calhas, eletrodutos e canaletas) com taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento), garantindo assim a expansibilidade da rede sem comprometer os sistemas instalados;
5. Prever flexibilidade para remanejamentos.

7.1 Especificação dos Serviços

S1 - LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES

Será realizado a partir da emissão de Autorização de Fornecimento (AF) pela Prefeitura Universitária da UFPB.

A empresa CONTRATADA deverá se dirigir ao local indicado na AS, a fim de fazer o levantamento de como se dará a execução do serviço, incluindo os materiais necessários e tempo de entrega, observado o disposto no item 8.1 deste Termo.

O documento de Levantamento de Necessidades será enviado à Superintendência de



Tecnologia da Informação (STI) da UFPB para verificação e, se for o caso, aprovação do tipo de severidade e cronograma de execução. Se aprovado, o referido documento será encaminhado à PU da UFPB para verificação de custos. A LICITANTE vencedora deverá fornecer um projeto básico do serviço a ser feito, contendo a planta baixa do local, as tubulações, cabos, caixas com pontos de rede, voz e elétrica e toda informação necessária para tomada de decisão da área de negócios. Um representante da STI/UFPB deverá acompanhar este levantamento.

Custo: R\$/AF

S2 - INSTALAÇÃO DE ELETROCALHAS E ACESSÓRIOS

Compreende a instalação, com aterramento elétrico, de bandeja metálica dobrada em formas de “C” e/ou “U”, do tipo lisa ou perfurada, incluídos todos os acessórios compatíveis com os padrões predefinidos em suas terminações.

Todo o material fornecido deverá ser fabricado em chapas de aço SAE 1008/1010, conforme a NBR 11888-2 e NBR 7013.

1. As eletrocalhas devem ser dimensionadas de acordo com a quantidade de cabos a serem lançados, respeitando a taxa de ocupação imediata de, no máximo, 60% (sessenta por cento);
2. Todas as eletrocalhas serão fixadas à estrutura da edificação através de suporte de teto ou parede, que dependerão da estrutura do local, tais como altura de pé direito, colunas, vigas, paredes e outros fatores que possam interferir diretamente no percurso da mesma;
3. Todas as eletrocalhas deverão obrigatoriamente possuir ligação ao cabo de aterramento, ou seja, cada segmento de eletrocalha deverá estar ligada ao fio terra de maneira individual;
4. Todas as conexões e suportes de eletrocalha devem ser peças manufaturadas, sendo proibida a fabricação dos respectivos acessórios pela CONTRATADA;
5. Todos os elementos que derivam da eletrocalha deverão possuir acessório condizente com esta interligação;
6. Toda a estrutura deverá ser fixada com parafusos e buchas específicos ao esforço, em paredes e/ou em tetos;
7. O lançamento da estrutura de eletrocalhas deverá seguir à risca o nivelamento e alinhamento, não sendo aceitas ondulações ou outras imperfeições. Antes de cada execução, ficará a critério da UFPB a aprovação da solução a ser utilizada.

Custo: R\$/eletrocalha

S3 - INSTALAÇÃO DE CANALETAS E ACESSÓRIOS

Compreende a instalação em ambiente tipo escritório, salas, gabinetes, laboratórios e/ou salas de aula. Material construído em PVC rígido autoextinguível na cor branca e/ou construído em alumínio.

1. As canaletas de alumínio ou PVC deverão ser instaladas nas paredes, a fim de prover infraestrutura à rede de dados, voz e eletricidade;
2. Todos os segmentos das canaletas de alumínio deverão ter interligação ao aterramento através de terminal olhal, mesmo que este seja apenas uma fração de barra;
3. A altura de instalação das canaletas será determinada pelo layout do local, levando-se em consideração o mobiliário existente ou mobiliário a ser instalado;
4. A disposição dos porta-equipamentos que darão suporte às tomadas elétricas e de dados deverão estar de acordo com a posição física do usuário ou equipamento a ser atendido;



5. Os segmentos de tampa de canaleta não deverão ter tamanho superior a 1 metro, a fim de facilitar as futuras ampliações e possíveis mudanças no layout;
6. Deverão ser respeitadas as taxas de ocupação de, no máximo, 60% (sessenta por cento);
7. A canaleta de alumínio deve possuir uma divisão interna onde a menor via deverá ser utilizada para a passagem de cabos elétricos e a maior via para passagem dos cabos de dados e voz. A mesma deverá ser disposta na parede de maneira que a via destinada aos cabos elétricos fique voltada para baixo, não sendo admitidos cruzamentos mesmo que esporádicos entre os cabos elétricos e cabos de dados e voz;
8. Quando forem utilizadas canaletas em PVC, a infraestrutura de dados, voz e eletricidade deve estar separada (canaletas distintas) e distanciadas de acordo com a respectiva norma;
9. Todos os cortes efetuados nas canaletas deverão ser feitos com ferramenta adequada (serra elétrica com disco para corte específico);
10. Todas as peças deverão ter suas arestas aparadas, a fim de evitar superfícies cortantes;
11. A fixação das canaletas deverá ser feita através da utilização de buchas e parafusos de 6 mm;
12. Ao final da instalação as mesmas devem estar limpas, sem manchas e com o ambiente limpo e livre de sobras.

Custo: R\$/canaleta

S4 - INSTALAÇÃO DE TUBOS EM PAREDE E/OU DIVISÓRIA

Compreende a instalação de eletroduto de PVC e/ou metálico com todos os acessórios, incluindo a abertura e recomposição de toda estrutura utilizada na parte interna e/ou externa dos prédios, embutido e/ou aparente.

1. Os eletrodutos serão o meio utilizado para interligação das eletrocalhas às canaletas de alumínio ou PVC instaladas na parede;
2. As abraçadeiras de fixação dos eletrodutos poderão ter distância máxima de 80 cm;
3. Não poderá haver segmento de eletroduto com intervalos maiores que 15m, sem a presença de uma caixa de passagem (condutele);
4. É obrigatório, a cada 2 curvas consecutivas, a presença de uma caixa de passagem (condutele) entre elas;
5. Os eletrodutos deverão ser ligados à eletrocalha, através da utilização de terminal box reto juntamente com saída horizontal ou vertical;
6. Os eletrodutos deverão ser ligados às canaletas, através de adaptador específico e manufaturado pelo fabricante da respectiva canaleta;
7. Todos os eletrodutos utilizados no cabeamento horizontal terão diâmetro mínimo de 1" e cor cinza;
8. Os eletrodutos utilizados para eletricidade poderão ter bitola de 3/4" ou 1", levando-se em conta a taxa de ocupação dos mesmos, e serão de cor preta.

Custo: R\$/metro linear

S5 - INSTALAÇÃO DE DUTOS SUBTERRÂNEOS

Compreende a instalação de dutos em PEAD ou PVC de bitolas variadas, em vala com no mínimo 30 cm de largura e 60 cm de profundidade e lançamento de sub-dutos em PEAD com 4 tubos de 26 mm de diâmetro coloridos.

1. As tubulações subterrâneas para lançamento de cabos ópticos ou metálicos deverão ser em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

duetos PEAD ou PVC rígido com bitola mínima de 1 1/4”;

2. A LICITANTE deverá levar em consideração todos os obstáculos necessários à passagem de tubulações subterrâneas, quando esta transpor calçadas, gramados e pisos, pois, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a recomposição do meio transposto;

3. Sempre que a vala cruzar uma passagem de veículos, deverá ser envelopada com concreto.
Custo: R\$/metro linear

S6 - INSTALAÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA

Compreende a instalação e/ou confecção de caixa de passagem do tipo R1/R2, em concreto, com tampa de ferro fixada à caixa, tendo a parte de concreto a espessura de 8 cm e/ou pré-moldada.

1. A tampa de ferro deverá ser pintada com anticorrosivo e reforçada – garantindo o uso prolongado –, conter logotipo REDE UFPB e ter as seguintes medidas internas:

Caixa de Passagem Tipo	Dimensões Internas (mm)			Tampa Padronizada
	Comprimento (C)	Largura (L)	Altura (A)	Tipo
R-1	600	350	800	TP1-F
R-2	1070	520	1000	TP2-F

Finalidade: Fechamento de caixas subterrâneas;

Material: Tampa de ferro fundido cinzento. Base: Aço ABNT 1020;

Acabamento: Tampa Pintura com tinta anticorrosiva preta base zincada e isenta de imperfeições;

Acondicionamento: Deve ser protegida contra golpes ou quedas;

Identificação do fabricante: Gravada em alto relevo na parte inferior da tampa;

Logotipo: Deve ser gravado na parte superior a inscrição “REDE UFPB”.

Custo: R\$/instalação

S7 - INSTALAÇÃO DE CAIXA DE EMENDA ÓPTICA

Compreende a instalação de caixa de emenda óptica destinada para proteger e abrigar emendas diretas ou derivadas de cabos ópticos, com capacidade para até 72 fibras em redes aéreas e/ou subterrâneas e que permita a entrada de cabos com diâmetros entre 10 e 25 mm, oferecendo uma capacidade de até 72 fibras para o cabo principal e de até 36 fibras para os cabos derivados.

1. As fibras deverão ser abrigadas em bandejas especiais, cada uma com capacidade máxima de 24 emendas para fusão, e em função do seu sistema basculante, permitir um fácil manuseio e proteção dos cabos;

2. Os elementos plásticos deverão possuir características que confirmem ao produto elevada resistência contra deterioração, quando expostos a períodos prolongados no meio ambiente, inclusive à ação de radiação ultravioleta (UV), não necessitando de ferramenta especial e permitindo reserva de fibra com tubo “loose” para recuperação em caso de perda da fibra. As fibras deverão possuir tamanho igual e organizado em círculo dentro a bandeja, a partir da fixação da emenda de proteção, e deve ser vedada para evitar a infiltração de líquidos.



Custo: R\$/instalação

S8 - INSTALAÇÃO DE ARMÁRIOS (RACKS)

Compreende a instalação de armários de aço capazes de suportar a instalação de *patch panel*, módulos organizadores e equipamentos ativos de rede, que permitem grande concentração de cabos e/ou fibra óptica e devem ser instalados quando não houver mais espaço disponível nos atuais e/ou quando se tratar de ampliações.

1. Os racks de parede (brackets) deverão contemplar as configurações máximas descritas abaixo:

- . Bracket de 6 U = 1 *patch panel* de 24 portas e 1 *switch* de 24 portas;
- . Bracket de 9 U = 1 *patch panel* de 24 portas e 1 *switch* de 24 portas;
- . Bracket de 12 U = 2 *patch panels* de 24 portas e 2 *switches* de 24 portas;
- . A partir de 3 *patch panels*, a instalação deverá ocorrer em rack de piso, específico para o uso de *cabling* (rack aberto com guias laterais) ou racks fechados, de acordo com o parecer da(o) STI/NSTI.

2. A montagem interna dos racks e brackets deverá obedecer às especificações constantes deste documento e, na falta dessas, às orientações da(o) STI/NSTI;

3. Todo o rack deverá possuir circuito elétrico exclusivo e régua de tomadas elétricas (PDU - *Power Distribution Unit*) necessária para atender todos os equipamentos elétricos ligados ao respectivo rack;

4. Quando a instalação ocorrer em rack ou bracket já existente, a CONTRATADA deverá efetuar todas as modificações necessárias, a fim de atender a todas as recomendações contidas neste documento. Quando a respectiva adequação não for possível tecnicamente, a CONTRATADA deverá instalar um novo rack ou bracket;

5. Todos os racks deverão possuir identificação, segundo o disposto no item S16;

6. Todos os racks deverão estar ligados ao sistema de aterramento;

7. Todos os racks deverão possuir alimentadores individuais;

8. A empresa vencedora deverá instalar todos os ativos de rede e acessórios disponibilizados pela UFPB, relativos ao objeto deste Termo de Referência. A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais necessários – parafusos, buchas, vergalhões e correlatos – para a instalação dos armários em piso, teto ou parede.

Custo: R\$/instalação

S9 - ORGANIZAÇÃO DE CABOS EM ARMÁRIOS (RACKS)

Compreende a organização dos cabos entrantes nos *patch panels*, onde os primeiros 12/24 cabos devem entrar ao lado direito e os 12/24 restantes do lado esquerdo, evitando grandes concentrações de cabos em um único lado.

Os *patch cords* entre os *patch panels* e os equipamentos também devem seguir o mesmo padrão, com a amarração dos cabos na frente dos equipamentos realizada com velcro. Na organização de racks, deverá ser fornecido a UFPB o mapeamento dos pontos nas respectivas portas dos equipamentos onde todos os *patch cords* deverão ser identificados com etiquetas próprias.

Custo: R\$/organização de armário

S10 - INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL EM ARMÁRIOS (RACKS)



Compreende a instalação de painel modular para terminação do cabeamento horizontal de alta densidade, com 24/48 portas, 8P8C (8 Posições, 8 Contatos), tipo RJ45 e terminação IDC (*Insulation Displacement Contact*) padrão 110.

Deverão ser conectados condutores de 22-26 AWG nas categorias 5e, 6 e 6A, respeitando o padrão T568A/B. Os cabos na parte traseira do *patch panel* deverão ser instalados 12/24 de um lado e 12/24 do outro, a fim de evitar uma alta densidade de cabos de um único lado. A instalação dar-se-á sempre que não houver portas disponíveis nos *patch panel* e/ou em futuras instalações, e devem ser terminados com ferramentas próprias a conectorização.

Custo: R\$/instalação

S11 - INSTALAÇÃO DE GUIA DE CABOS EM ARMÁRIOS (RACKS)

Compreende a instalação de guias de cabos do tipo 1U e/ou 2U, sempre que necessário, permitindo a organização dos cabos nos *brackets* entre os *patch panels* e/ou equipamentos de rede e deverá ser fixada com 4 porcas-gaiola.

Custo: R\$/instalação

S12 - INSTALAÇÃO/CONECTORIZAÇÃO DE VOICE PANEL

Compreende a instalação e conectorização de *voice panel*, obedecendo a codificação de pinagem T568A.

Os componentes (cabos e plugs) deverão atender à especificação *Power SumNext* dos procedimentos de teste da TIA/EIA 568A e sua fixação deverá ser feita com 4 parafusos do tipo M12 no *bracket*, com a conectorização de 50 portas em cabo telefônico do tipo CTP-APL, organizados no *voice panel* ou conforme instalação local, de acordo com parecer da(o) STI/NSTI.

1. Todos os cabos telefônicos do tipo CI (cabo interno blindado), CCI (cabo interno não-blindado) ou CTP-APL (cabo externo blindado com núcleo protegido por capa de alumínio laminada), quando terminados em *rack* ou *bracket*, deverão ser instalados em *voice panel* e, quando terminados em caixas de passagem interna ou quadro telefônico, deverão ser instalados em blocos de 10 pares geleados.

Custo: R\$/instalação com conectorização das 50 portas

S13 - INSTALAÇÃO DE PATCH CORDS/VOICE

Compreende a instalação de cabos UTP (*unshielded twisted pair*) categorias 5e (enhanced), 6 e/ou 6A e cabos telefônicos, compostos de fios ultra flexíveis (fios retorcidos), com *plug* RJ45 nas extremidades. Sua função é interligar dois painéis de conexão ou um painel e um equipamento, facilitando as manobras de manutenção ou de alterações de configuração.

A codificação de cores na capa externa deverá prever uma diferenciação visual entre o cabo UTP de fio sólido e o de fios retorcidos, bem como entre as várias funções/aplicações existentes, conforme prévia consulta a(o) STI/NSTI.

Os cabos de manobra utilizados junto aos painéis de conexão deverão ter uma identificação numérica sequencial nas duas extremidades, para facilitar sua identificação tanto nos procedimentos de montagem nos organizadores de cabos verticais e horizontais quanto em eventuais movimentações desses cabos, nos procedimentos de manutenção ou reconfiguração. Recomenda-se que essa identificação seja implantada através de fitas adesivas especiais, enroladas na capa externa do cabo e com excelente resistência de fixação



à capa externa.

Custo: R\$/instalação de 12 *patch cords/voice*

S14 - INSTALAÇÃO DE CORDÕES ÓPTICOS

Compreende a instalação de cordões ópticos do tipo duplex SMF (*single mode fiber*) e/ou MMF (*multi mode fiber*) no distribuidor interno óptico.

O cordão óptico deverá ser devidamente organizado no *bracket*, com velcro próprio e sem torção e/ou curvas de 90°.

Custo: R\$/instalação de 12 cordões ópticos

S15 - INSTALAÇÃO DE ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO

Os cordões de manobra deverão ser obrigatoriamente identificados em suas extremidades com o mesmo código de identificação, de acordo com a codificação a seguir apresentada, através de etiquetas plásticas autoadesivas, que possibilitem a visualização da informação em todas as posições do cabo. Deverá ter o seguinte padrão de identificação:

PC - nnn , onde nnn é o número sequencial do cordão.

Os *switches*, *routers*, servidores, *patch panels*, *modems*, *voice panels* e DIOs (distribuidor interno óptico) deverão ser identificados através de etiquetas plásticas autoadesivas na cor “branca” e com letras “pretas”, aplicadas na parte esquerda ou, se impossível, no local que permitir melhor visualização da etiqueta, de acordo o seguinte padrão:

- . Para *switches*: SW - nnn , onde nnn é o número sequencial do *switch*;
- . Para *routers*: RT - nnn , onde nnn é o número sequencial do *router*;
- . Para servidores: SV - nnn , onde nnn é o número sequencial do servidor;
- . Para *patch panels*: PP - nnn , onde nnn é o número sequencial do *patch panel*;
- . Para *modems*: MO - nnn , onde nnn é o número sequencial do *modem*;
- . Para *voice panels*: VP - nnn , onde nnn é o número sequencial do *voice panel*;
- . Para DIOs: DIO - nnn , onde nnn é o número sequencial do DIO.

Custo: R\$/etiqueta

S16 - IDENTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE

A identificação dos componentes de uma rede local é obrigatória para os componentes passivos.

O padrão de identificação obrigatório, em concordância com a norma TIA/EIA 606. Esta identificação é válida para qualquer componente do Sistema, independente do meio físico. A identificação sempre conterà no máximo treze caracteres alfanuméricos. Esses treze caracteres serão divididos em subgrupos que variam de acordo com as funções propostas. As etiquetas de identificação a serem instaladas junto aos componentes deverão ser legíveis (executadas em impressora), duradouras (não descolar ou desprender facilmente) e práticas (facilitar a manutenção).

Modelo: RAK-F-PP1-P17 = Ponto 17 conectado no *Patch Panel* 1 localizado no *Rack F*, ou deverá ser observado o modelo usado no Campus.

Custo: R\$/ponto identificado

S17 - LANÇAMENTO DE CABO UTP

Compreende o fornecimento e lançamento do cabo UTP via tubulação, canaletas, leitos e/ou



eletrocalhas.

A equipe deverá possuir certificação do fabricante do produto com objetivo da preservação das garantias. O comprimento máximo permitido para cabos UTP é de 90 metros. Cabo de par trançado com 4 pares, constituído por fios sólidos bitola de 24 AWG e impedância nominal de 100 ohms. A especificação mínima de desempenho para esse cabo deverá ser compatível com a TIA/EIA 568-A Categoria 6. Nas instalações novas, conforme projeto, poderão ser utilizados cabos Categoria 6, 6A e/ou 7, em comum acordo com a(o) STI/NSTI. Nas extremidades deverão ser usadas conectores RJ45 próprios, em caixas apropriadas de acordo com o material utilizado (canaleta PVC e/ou eletrodutos aparentes ou não).

1. Todos os pontos metálicos do cabeamento estruturado deverão possuir terminação em *patch panels* Cat.6;
2. O ponto de acesso do usuário deverá terminar em 1 conector do tipo RJ45 fêmea;
3. Todos os pontos deverão estar devidamente certificados, seguindo as especificações deste documento;
4. Todos os pontos de dados deverão acompanhar *patch cords* (*patch panel* e usuário);
5. Todos os pontos deverão ter todos os elementos devidamente identificados, conforme especificação deste documento;
6. O lançamento de cabos metálicos deverá respeitar agrupamento em grupos de 24 cabos sequenciais, correspondentes ao preenchimento de cada *patch panel*. Os feixes de cabos serão formados a partir da chegada destes à eletrocalha principal. Deverá ser evitado o cruzamento de cabos dentro das eletrocalhas.

Custo: R\$/metro

S18 - LANÇAMENTO DE CABO ÓPTICO SUBTERRÂNEO/TUBULAÇÕES

Compreende o lançamento de cabo óptico em duto subterrâneo e/ou tubulações dentro e fora dos *campi* da UFPB. São considerados críticos, tendo em vista implicarem diretamente na qualidade da rede a ser instalada. Não deverão ocorrer o estrangulamento dos condutos e nem serem usadas curvas de 90°, para que não ocorra a perda de capacidade de tráfego.

1. A instalação deverá ser feita em eletrodutos com curvas longas e medidas adequadas;
2. Nas caixas subterrâneas deverá sempre haver folga de, no mínimo, 2 metros de cabo enrolados em círculos e fixado na parede interna da caixa, com plaquetas plásticas (PVC) de identificação de rota e etc.;
3. Deverá ser evitado o excesso de força no tracionamento do cabo em via subterrânea, que exceda a característica particular de cada cabo;
4. Deverá ser executado teste de continuidade nas fibras do cabo, após o seu lançamento;
5. Todos os pontos ópticos instalados em *racks* ou *brackets* deverão possuir terminação tipo SC-SPC (subscription channel - super physical contact) em DIO (Distribuidor Interno óptico) padrão 19" - 24 fibras;
6. Todas as emendas efetuadas nos cabos ópticos em áreas externas deverão obrigatoriamente ser realizadas em caixa para uso externo do tipo aérea/subterrânea;
7. Todos os itens que compõem o cabeamento óptico deverão ser obrigatoriamente do mesmo fabricante;
8. Todos os pontos ópticos deverão acompanhar os cordões ópticos para as duas extremidades;
9. Todos os pontos deverão ter todos os elementos devidamente identificados, conforme



especificação deste documento;

10. Os cabos ópticos deverão ser identificados com placa em PVC informando que o mesmo é um cabo óptico e estas deverão ser instaladas em todas as caixas de passagem aéreas ou subterrâneas;

11. Quando os cabos forem lançados em eletrocalha às placas devem ter distância máxima de 5 metros uma da outra;

12. Todos os cabos ópticos lançados em tubulações subterrâneas deverão ser obrigatoriamente do tipo antirroedor;

13. Os cabos ópticos de uso interno não poderão conter geleia de petróleo em sua constituição;

14. A taxa de ocupação não deverá ultrapassar a 60% (sessenta por cento) do meio utilizado, seja este eletrocalha, eletroduto ou canaleta.

Custo: R\$/metro

S19 - LANÇAMENTO DE CABO ÓPTICO EM VIA PÚBLICA

Compreende a instalação de cabos ópticos em via pública, quer seja em postes e/ou dutos subterrâneos.

1. O cabo não deverá sofrer curvaturas acentuadas, a fim de evitar a quebra das fibras em seu interior;

2. O cabo não deverá ser tracionado pelas fibras ou elementos de enchimento adjacentes a elas, mas pelos elementos de tração ou aço existentes no cabo. A velocidade de tração deverá ser baixa para permitir uma paralisação imediata, se necessário;

3. Não deverá exceder a tensão máxima de tração especificada para o cabo. A instalação deverá ser monitorada através de uma célula de carga, durante o processo de tração;

4. O cabo deverá ser previamente limpo e lubrificado, a fim de diminuir o atrito do tracionamento. Demais especificações iguais ao item S18 deste Termo.

Custo: R\$/metro

S20 - REMOÇÃO DE REDE EXISTENTE

Compreende a remoção de toda a infraestrutura existente e inadequada a futuras ampliações, como eletrocalhas, eletrodutos, canaletas de PVC, cabos de rede, de telefone e/ou elétricos, tomadas elétricas e/ou de rede, visando a implantação de uma nova infraestrutura. O material retirado deve ser encaminhado ao almoxarifado de cada *campus* da UFPB.

Custo: R\$/metro linear

S21 - RECOMPOSIÇÃO DE ALVENARIA

Compreende a recomposição de alvenaria devido a furos, buracos e/ou passagens que se façam necessários no lançamento de quaisquer novas infraestruturas baseada em tubos, canaletas e/ou eletrocalhas OU qualquer recomposição necessária após a remoção de rede existente. O acabamento deverá ser realizado obedecendo a estrutura, cores e materiais dos *campi* da UFPB.

Custo: R\$/metro quadrado

S22 - ABERTURA DE VALAS PARA LANÇAMENTO DE DUTOS

Compreende o procedimento de abertura e fechamento de vala, segundo abaixo:



1. “SOLO BRUTO”, método destrutivo (MD) com, no mínimo, 30 cm de largura e 80 cm de profundidade, para lançamento de dutos ou subdutos em solo bruto (areia, terra e etc.);
2. “SOLO ASFÁLTICO”, método destrutivo (MD) com, no mínimo 30 cm de largura e 80 cm de profundidade, para lançamento de dutos ou subdutos em solo asfáltico, concreto ou similar (travessia de via pública).

Deverá ser feita a recomposição da superfície aberta, mantendo a pavimentação original (gramado, asfalto, lajota etc.). As ferramentas ou equipamentos necessários para a aberturas das valas são de total responsabilidade da empresa CONTRATADA.

Custo: R\$/metro linear

S23 - CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE ESTRUTURADO

Compreende a certificação do cabeamento com um conjunto de testes que garanta o desempenho do sistema na transmissão de dados em determinadas velocidades.

1. Inspeção Visual;
 2. Testes de 100% dos segmentos de cabos, devendo ser adotando os seguintes parâmetros:
 - . WireMap;
 - . Comprimento;
 - . Atenuação;
 - . Resistência e Capacitância;
 - . Next (Near-end crosstalk);
 - . PSNext (Power Sum Next);
 - . Return Loss;
 - . Fext (Far-end crosstalk);
 - . Elfext (Equal-level far-end crosstalk);
 - . PSELfext (Power Sum equal-level far-end crosstalk);
 - . Propagation Delay;
 - . Delay Skew.
 3. Certificação de 100% dos segmentos, conforme as normas para a Categoria 5e (estrutura Cat5e/6 já instalada) e Categoria 6;
 4. A certificação deverá ser executada preferencialmente na modalidade “Link permanente”;
 5. Ao final da certificação deve ser entregue relatório final da certificação para cada ponto ou segmento testado, constando o resultado do teste de cada parâmetro indicado;
 6. O proponente deverá possuir equipamento de certificação atualizado e calibrado por empresa credenciada do fabricante da certificadora. Apresentar atestado de calibração atualizado (inferior a 1 ano) junto à proposta, sob pena de desclassificação.
- Custo: R\$/ponto

S24 - CERTIFICAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA COM CERTIFICADOR

Compreende a execução de procedimento de teste de um segmento óptico, após a instalação de um novo cabo e/ou testes de um segmento existente. Um segmento óptico (*optical link*) é definido como um conjunto de componentes passivos entre dois painéis de conexão, ou seja, cabo óptico, conectores e emenda óptica.

1. O principal parâmetro a ser medido no teste de um segmento óptico é a atenuação. Outros parâmetros relevantes a serem medidos são: descontinuidade das fibras, distâncias, pontos de emenda, perdas individuais e curva de atenuação;



2. Para cada tecnologia e método de acesso, existe um valor máximo de perda óptica (*optical power budgets*) que deverá ser respeitado. Os testes servirão para certificar as condições iniciais do segmento após a instalação;

3. No relatório deverão constar as distâncias envolvidas e a atenuação ponto-a-ponto, medida e documentada em um sentido apenas e nos seguintes comprimentos de onda, de acordo com o tipo de fibra e distância:

- . fibra multimodo, em cabeamento horizontal, em 850 nm e 1.300 nm;
- . fibra multimodo, em cabeamento tronco, nos dois comprimentos (850 nm e 1.300 nm);
- . fibra monomodo, obrigatoriamente em 1.310 e 1.550 nm.

Obs.: O relatório dos testes deverão ser disponibilizados em arquivo PDF.

4. O proponente deverá possuir equipamento de certificação atualizado e calibrado por empresa credenciada do fabricante do equipamento. Apresentar atestado de calibração atualizado (inferior a 1 ano) junto à proposta, sob pena de desclassificação.

Custo: R\$/ponto

S25 - CONECTORIZAÇÃO DE CABO UTP (UMA EXTREMIDADE)

Compreende a crimpagem de cabos aos conectores e/ou *patch panels*, que deverá ser feita com ferramentas apropriadas para cada categoria de cabo lançado. Na extremidade do ponto de rede, deverá ser utilizado um conector RJ45 fêmea, seguindo o padrão EIA/TIA 568 A/B, de acordo com a categoria utilizada no cabo.

Custo: R\$/conectorização

S26 - REMANEJAMENTO DE PONTO DE REDE

Compreende a retirada da infraestrutura utilizada, realocação da mesma em um novo local dentro do mesmo ambiente com a reutilização total e/ou parcial dos componentes. O processo de remanejamento deverá seguir todos os padrões utilizados na retirada e na instalação de infraestrutura nova, incluindo a certificação, o acabamento e a garantia.

Custo: R\$/metro linear

S27 - REPARO DE INFRAESTRUTURA EM PAR METÁLICO/CONECTOR

Deverá analisar a infraestrutura do ponto de rede local, detectar o problema e as causas e corrigir o mesmo. O reparo deverá seguir todos os padrões utilizados na instalação de infraestrutura nova incluindo garantia. Caso o ponto esteja em garantia e não seja detectada má utilização da infraestrutura, será aberta uma nova OS de reparo, mas não será cobrado o serviço de reparo bem como o material gasto (ou seja, a garantia é cobrada sem ônus da CONTRATANTE).

Custo: R\$/ponto

S28 - DOCUMENTAÇÃO AS-BUILT (POR PRANCHA)

Compreende confeccionar a documentação da rede física, que deverá constar:

1. Lista de equipamentos e materiais de rede empregados, com código do fabricante;
2. Planta baixa de infraestrutura, indicando as dimensões da tubulação;
3. Planta baixa com o encaminhamento dos cabos, indicando o número de cabos UTP e/ou fibra por segmento da tubulação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

4. Relatório dos testes de certificação de todos os pontos instalados;
5. Relatório de testes dos segmentos de fibra óptica;
6. Layout dos armários de telecomunicações;
7. Mapa de interconexão dos componentes ativos e passivos, ou seja, a lista de todas as tomadas RJ45 de cada painel de conexão e das portas dos equipamentos;
8. Código de fabricante ou diagrama de pinagem para cabos ou dispositivos especiais (por exemplo: cabo em “Y”);
9. A planta baixa do prédio com o projeto de instalação deverá ser fornecida em arquivo de AUTOCAD (formato .dwg), obedecendo às seguintes convenções:
 - . Layer0 - edificação e arquitetura com legenda, contendo escala do desenho, nome da unidade organizacional, nome do prédio, pavimento, nome do projetista e data de execução;
 - . Layer1 - tubulação existente e a construir;
 - . Layer 2 - cabos UTP;
 - . Layer3 - cabos ópticos;
 - . Layer4 - componentes ativos (roteadores, *switches*, *hubs*, microcomputadores, estações de trabalho etc.);
 - . Layer5 - componentes passivos (painéis, *racks* e pontos de telecomunicações);
 - . Layer6 - identificação de salas e observações;
 - . Layer7 - móveis e/ou outros objetos.

Custo: R\$/metro quadrado (prancha)

S29 - SERVIÇO DE FUSÃO DE FIBRA ÓPTICA

Compreende a confecção de emendas em fibras ópticas, por fusão, com perdas não-superiores a 0,3 dB. Após a fusão da emenda, deverá ser apresentado um relatório com as seguintes informações:

1. Número da emenda;
2. Local da emenda;
3. Número de fibras;
4. Informações dos cabos (origem – destino);
5. Tipo de caixa de emenda;
6. Data da emenda;
7. Valor da perda na fusão apresentado pelo OTDR (*Optical Time Domain Reflectometer* ou Refletômetro Óptico por Domínio de Tempo);
8. Executor da emenda.

Custo: R\$/fibra

S30 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA / CORRETIVA DE BRACKET

Compreende a manutenção preventiva: a limpeza, remoção de impurezas, arrumação dos *patch cords* nos armários e identificação dos cabos sem etiquetas.

Compreende a manutenção corretiva: a reorganização dos cabos entrantes no armário, a redistribuição dos *patch panels*, equipamentos e organizadores de cabos para melhor aproveitamento do espaço no *bracket*.

Custo: R\$/bracket



S31 – INSTALAÇÃO DE PISO ELEVADO

O Sistema terá como função dar suporte à instalação de *racks* abertos e fechados. Todas as sobras técnicas e transições entre a infraestrutura e *racks* de piso serão providas através do sistema de piso elevado;

1. A altura mínima será de 15 cm;
2. A quantidade em metros-quadrados necessária a cada ambiente será determinada pela área disponível ou área necessária para dar suporte às respectivas instalações;
3. Deverão ser utilizadas eletrocalhas ou canaletas apropriadas para armazenamento do cabeamento de rede lógica e elétrica alojada sob o piso.

Custo: R\$/metro quadrado

S32 – INSTALAÇÃO DE NO-BREAK

Compreende a instalação de *no-break* e banco de baterias em *datacenter* dos *campi* da UFPB.

1. Deverá ser dimensionado de acordo com a carga instalada, não ultrapassando 75% de sua capacidade nominal;
2. Deverá possuir circuito de alimentação específico;
3. Deverá ser instalado obrigatoriamente na parte interna inferior dos *racks* fechados, quando estes possuírem o espaço necessário para tal instalação;
4. O banco de baterias, quando possível, também deverá ser instalado no *rack* juntamente com o *no-break*;
5. Deverão ser efetuados testes de operação e verificação dos parâmetros elétricos nominais (tensão), a fim de evitar a queima dos equipamentos que serão conectados ao *no-break*;
6. A STI será responsável por definir outros locais de instalação, se necessário.

Custo: R\$/instalação

S33 - LANÇAMENTO DE CONDUTOR ELÉTRICO

Compreende o lançamento de condutor elétrico via tubulação, canaletas, leitos e/ou eletrocalhas. O ponto inicial deverá ser conectado a um quadro elétrico de distribuição e o ponto final a uma tomada elétrica ou interruptor. Deverá ser observado as normas técnicas brasileiras para condutor elétrico rígido e/ou flexível, padrão de tomada, condutores, caixas e demais componentes.

1. A cada ponto de dados do cabeamento estruturado poderá haver uma tomada elétrica, a ser definido com a(o) STI/NSTI;
2. Todas as tomadas deverão ser identificadas de acordo com o quadro elétrico a qual pertence, e o respectivo circuito elétrico;
3. Todos os condutores elétricos deverão respeitar as cores estabelecidas em norma, de acordo com a sua finalidade;
4. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, o dimensionamento correto dos cabos e dispositivos de proteção de cada circuito elétrico a ser mantido ou instalado;
5. Todos os pontos elétricos deverão estar ligados a um circuito exclusivo, com seu dispositivo de proteção (disjuntor) alocado em um quadro de distribuição existente ou a ser instalado, quando esses não permitirem a instalação de novos circuitos;
6. Os circuitos elétricos deverão ser dimensionados de acordo com a carga prevista;
7. Todos os elementos metálicos pertencentes à infraestrutura (relativa a este serviço) deverão obrigatoriamente estar aterrados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

8. Todos os dispositivos de proteção deverão estar de acordo com as normas em vigor (ABNT);
 9. Todas as tomadas elétricas deverão possuir obrigatoriamente o borne de aterramento e o qual deverá estar ligado ao aterramento da edificação;
 10. Caso a edificação não possua um sistema de aterramento que atenda aos pré-requisitos mínimos estabelecidos em norma, a CONTRATADA deverá comunicar oficialmente a CONTRATANTE para que esta providencie a respectiva correção.
- Custo: R\$/metro

S34 - INSTALAÇÃO DE QUADRO ELÉTRICO

Compreende a instalação ou readequação de quadros elétricos aparentes ou embutidos e a conectorização de condutores elétricos. Deverão ser observadas todas as normas técnicas brasileiras para instalação elétrica de baixa tensão.

1. Os circuitos de alimentação do quadro geral de distribuição de cada edificação (bloco) deverão atender as adequações, manutenções ou ampliações da rede elétrica, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE, o fornecimento dos respectivos alimentadores.
- Custo: R\$/instalação

7.2 Especificação dos Materiais

M1 - CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750V 2,50 mm²

1. Deverá possuir bitola de 2,50 mm²;
2. Deverá possuir tensão de isolamento de 750 Volts;
3. Deverá respeitar as normas técnicas e atender o padrão de cores adotado na UFPB;
4. Deverá possuir proteção antichama;
5. Deverá ser atóxico.

M2 - CABO COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 750V 10,00 mm²

1. Deverá possuir bitola de 10,0 mm²;
2. Deverá possuir tensão de isolamento de 1.000 Volts;
3. Deverá respeitar as normas técnicas e ter o isolamento na cor preta;
4. Deverá possuir proteção antichama;
5. Deverá ser atóxico.

M3 - CANALETA EM ALUMÍNIO 70mm x 25mm COM DIVISOR INTERNO E ACESSÓRIOS

1. Deverá ser injetada em alumínio;
2. Deverá possuir divisor interno;
3. Deverá ser compatível com dutos de 25 mm;
4. Deverá ser pintada na cor branca, em pintura de alta qualidade com pré-cromatização (base) e aplicação de tinta pó híbrida/poliéster, com cura a 210 graus centígrados;
5. Deverá vir acompanhada de tampa ranhurada na cor branca;
6. Deverá atender às normas de segurança pessoal, patrimonial e, principalmente, às normas NBR10, ANSI/EIA-TIA-569A, Biossegurança Máxima NB3 e NBR5410;
7. Deverá vir acompanhada de todos os acessórios necessários à instalação: curvas,



- adaptadores, caixas de derivação, caixas sobrepor para encaixe de tomadas etc.;
8. Deverão ser utilizados todos os acessórios e curvas próprias para as aplicações;
 9. Não serão aceitos recortes, meia-esquadrias e adaptações.

M4 - CANALETA EM PVC 50mm x 20mm COM DIVISOR INTERNO E ACESSÓRIOS

1. A ser utilizada nas reformas e novas instalações;
2. Deverá ser fornecida em barras de 2 metros, com tampa;
3. As tampas deverão possuir encaixe resistente que garanta segurança e proteção para a instalação;
4. Deverá ser fabricada em PVC rígido autoextinguível;
5. Deverá possuir grau de flamabilidade UL94 V- 0;
6. Deverá ser na cor branca.

M5 - TOMADA DE 3 PINOS PARA CANALETAS OU ELETRODUTOS

1. Deverá estar em conformidade a norma NBR 14136;
2. A tomada deverá possuir 3 pinos (fase, neutro e terra);
3. A tomada deverá ser compatível com as caixas de canaletas ou condutes;
4. Deverá ter corrente nominal mínima de 20A.

M6 - ELETRODUTO EM PVC

1. Deverá ser de PVC, na cor branca ou cinza;
2. Não deverá ser rosqueável;
3. Deverá ser fornecido em barras de 3 metros;
4. Deverá ser compatível com as luvas, curvas e acessórios de fixação;
5. Deverá vir acompanhado de todos os acessórios necessários à instalação: curvas, adaptadores, caixas de derivação, caixas sobrepor para encaixe de tomadas etc.;
6. Deverão ser utilizados todos os acessórios e curvas próprias para as aplicações;
7. Não serão aceitos recortes, meia-esquadrias e adaptações.

M7 - QUADRO ELÉTRICO SOBREPOR PADRÃO EUROPEU

1. Deverá ter a cor branca ou bege;
2. Deverá ser produzido com estrutura de sobrepor;
3. Deverá possuir capacidade para instalação de barramentos bifásico e trifásico;
4. Deverá possuir proteção antichama;
5. Deverá vir acompanhado do barramento tipo pente e o barramento de terra e neutro.

M8 - DISJUNTOR UNIPOLAR/TRIPOLAR DIN

1. Deverá ser padrão mini disjuntor de atuação lenta;
2. Deverá ser unipolar;
3. Deverá atuar em corrente conforme demanda de carga;
4. Deverá possuir Icu (Rated Ultimate Short-Circuit Breaking Capacity) de 4.5kA;
5. Deverá seguir a norma NBR/IEC 60.947-2.

M9 - ELETROCALHAS PERFURADAS TIPO U 100mm x 50mm, 200mm x 50 mm E



300mm x 50mm

1. Deverá ser de chapa de aço galvanizado, com proteção contra corrosão;
2. Não deverá possuir emendas por solda;
3. Deverá ter a espessura 1,8 mm;
4. Deverá ser fornecida em barras de 3 metros;
4. Deverá possuir divisor interno;
5. Deverá vir acompanhada de todos os acessórios necessários para a instalação: curvas, adaptadores, caixas de derivação, caixas sobrepor para encaixe de tomadas etc.;
6. Deverão ser utilizados todos os acessórios e curvas próprias para as aplicações;
7. Não serão aceitos recortes, meia-esquadrias e adaptações.

M10 - PERFILADO 38mm x 38mm x 6000mm

1. Deverá ser de chapa de aço galvanizado, com proteção contra corrosão;
2. Não deverá possuir emendas por solda;
3. Deverá ter as seguintes dimensões: 38mm x 38mm x 6000 mm;
4. Deverá ter a espessura de 1,8 mm;
5. Deverá vir acompanhada de todos os acessórios necessários para a instalação: curvas, adaptadores, caixas de derivação, caixas sobrepor para encaixe de tomadas etc.;
6. Deverão ser utilizados todos os acessórios e curvas próprias para as aplicações;
7. Não serão aceitos recortes, meia-esquadrias e adaptações.

M11 - ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL FABRICADO EM PEAD

1. Deverá ser de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), na cor preta;
2. Deverá possuir seção circular;
3. Deverá ser corrugado;
4. Deverá ser impermeável;
5. Deverá possuir raio de curvatura destinado à proteção de cabos subterrâneos de energia ou telecomunicações;
6. Deverá atender aos padrões reconhecidos no país, tais como: ABNT, Light, Copel, Telefônica, Oi, CPFL, Eletropaulo, Celg e demais concessionárias de Energia e Telecomunicações;
7. Deverá possuir elevada resistência mecânica (compressão diametral e impacto).

M12 - CAIXA DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA MODELO R1/R2 COM TAMPA DE FERRO

1. Caixas de concreto R1 e R2
 - . Deverão ser construídas em concreto FCK = 20 MPa, com adição de impermeabilizante;
 - . Deverão possuir aço para construção tipo CA-50;
 - . Deverão possuir acabamento das superfícies lisas, livres de rebarbas ou buracos;
 - . Deverão possuir as seguintes dimensões:
 - a) R1
 - . Comprimento: 600 mm;
 - . Largura: 350 mm;
 - . Profundidade: 800 mm.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- b) R2
 - . Comprimento: 1070 mm;
 - . Largura: 520 mm;
 - . Profundidade: 1000 mm.

2. Tampas de ferro TP1-F e TP2-F

- . Deverão possuir fechamento por encaixe, canaleta sifonada;
- . Deverão possuir resistência de 5.000 a 12.500 quilos de carga pontual;
- . Deverão ser fabricadas em ferro nodular FE 50007;
- . Deverão possuir as seguintes dimensões:
 - a) TP1-F
 - . Comprimento: 600 mm;
 - . Largura: 350 mm.
 - b) TP2-F
 - . Comprimento: 1070 mm;
 - . Largura: 520 mm.

M13 - PATCH CORD U/UTP CAT.6 - CM - T568A

1. A ser utilizado para a interligação entre a tomada lógica e a estação de trabalho ou para manobras;
2. **Deverá ter duas certificações ANATEL, conforme regulamento da entidade, ou seja, a do cabo flexível e do cordão de manobra;**
3. Deverá cumprir com os requisitos da diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances* ou Restrição de Substâncias Perigosas);
4. Deverá possuir certificação de canal para 6 conexões, realizada por Laboratório de 3ª parte (laboratório independente que não possui quaisquer vínculos com as partes interessadas) ETL;
5. Deverá ser montado e testado em fábrica, com garantia de performance;
6. Deverá ser confeccionado em cabo U/UTP Cat. 6, 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em PVC retardante à chama, conectorizados a RJ-45 macho Cat. 6 nas duas extremidades, que deverão atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA 568C.2 Categoria 6, ter corpo em material termoplástico de alto impacto retardante à chama que atenda à norma UL 94 V0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro para a proteção contra oxidação e garras duplas para garantia de vinculação elétrica com as veias do cabo;
7. Deverá possuir classe de flamabilidade CM, no mínimo;
8. O cabo utilizado deverá apresentar certificação ETL, em conformidade com a norma ANSI/TIA/EIA 568C. 2 Categoria 6 (stranded cable);
9. Deverá possuir capa protetora (boot) de mesma dimensão do conector RJ-45, com proteção da lingueta de travamento. A capa protetora deverá ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo durante seu manuseio, bem como proteger a lingueta de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;
10. Deverá ser disponibilizado pelo fabricante em, pelo menos, 8 cores, atendendo às especificações da ANSI/TIA/EIA606A;



11. Deverá exceder as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568C. 2 Categoria 6;
12. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá possuir certificação ISO9001 e ISO14001.

M14 - PATCH PANEL CAT.6 T568A/B - 24P - RoHS

1. Deverá exceder aos requisitos estabelecidos nas normas para Cat.6 / Classe E;
2. Deverá garantir performance para até 6 conexões, em canais de até 100 metros;
3. Deverá ter corpo fabricado em termoplástico de alto impacto retardante à chama (UL 94 V-0);
4. Deverá possuir painel frontal em plástico com porta-etiquetas para identificação;
5. Deverá possuir terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;
6. Deverá ter vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro;
7. Deverá possuir contatos IDC em ângulo de 45°, para melhoria da performance elétrica;
8. Deverá possuir borda de reforço para evitar empenamento;
9. Deverá ser fornecido com parafusos e arruelas para fixação;
10. Deverá ser fornecido com ícones de identificação (ícones na cor azul e ícones na cor vermelha) e velcros para organização;
11. Deverá permitir a instalação direta em racks de 19";
12. Deverá atender a Declaração de Conformidade FCC part 68.5 (EMI - Indução Eletromagnética);
13. Deverá conter guia de cabos traseiro em material termoplástico UL V94-0 de alto impacto, com fixação individual dos cabos;
14. Deverá possuir identificação da categoria e RoHS *Compliant*, em um ícone verde à esquerda do painel frontal;
15. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá possuir certificação ISO9001 e ISO14001.

M15 - PATCH PANEL DESCARREGADO 24P 1U

1. Deverá ter painel frontal em termoplástico de alto impacto, retardante à chama com porta-etiquetas de identificação em acrílico para proteção;
- 2. Deverá possuir certificação ANATEL;**
3. Deverá ser de aço e termoplástico de alto impacto;
4. Deverá ter acabamento em pintura epóxi de alta resistência a riscos, na cor preta, e protegido contra corrosão;
5. Deverá apresentar largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D;
6. Deverá ser compatível com conectores RJ-45 (fêmea) Categorias 5e e/ou 6 e/ou 6A UTP, com conjuntos adaptadores ópticos (LC, ST) e com conjunto adaptador F;
7. Deverá possuir identificação do fabricante no corpo do produto;
8. Deverá possuir identificação dos conectores na parte frontal do *patch panel*, para facilitar a manutenção e instalação;
9. Deverá possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação), conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 606-A;



10. Deverá possuir (de série) ícones de identificação nas cores azul e vermelha;
11. Deverá ser fornecido com guia traseiro perfurado, em material termoplástico de alto impacto, não propagante a chama com possibilidade de fixação individual dos cabos, proporcionando segurança, flexibilidade e rapidez na montagem;
12. Deverá ser fornecido com acessórios para fixação dos cabos (velcros e cintas de amarração);
13. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá possuir certificação ISO9001 e ISO14001.

M16 - PATCH PANEL DESCARREGADO 24P ANGULAR 1U

1. Deverá apresentar capacidade para 24 portas em 1 unidade de *rack* (1U);
2. Deverá ter painel frontal em aço com local para inserção de porta-etiquetas de identificação em acrílico para proteção;
3. Deverá ter corpo fabricado em aço SAE1020;
4. Deverá ter acabamento em pintura epóxi de alta resistência a riscos, na cor preta, e protegido contra corrosão;
5. Deverá apresentar largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 310E;
6. Deverá ser compatível com conectores RJ-45 (fêmea) Categorias 5e e/ou 6 e/ou 6A UTP, com conjuntos adaptadores ópticos (LC, ST) e com conjunto adaptador F;
7. Deverá possuir identificação do fabricante no corpo do produto;
8. Deverá possuir identificação dos conectores na parte frontal do *patch panel*, para facilitar a manutenção e instalação;
9. Deverá possuir local para aplicação de ícones de identificação (para codificação), conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 606-A;
10. Deverá possuir (de série) ícones de identificação nas cores azul e vermelha;
11. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá possuir certificação ISO9001 e ISO14001.

M17 - CABO U/UTP CAT.6 - CM - VM - 23 AWG RoHS

1. A ser utilizado em sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2-1 Categoria 6, nos cabeamentos primário e secundário entre os painéis de distribuição (*patch panels*) ou conectores (*patch cords*), em sistemas que requeiram grande margem de segurança sobre as especificações normalizadas, para garantia de suporte a aplicações futuras;
2. **Deverá possuir certificação ANATEL;**
3. Deverá cumprir com os requisitos da diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances* ou Restrição de Substâncias Perigosas);
4. Deverá possuir certificação de canal para 6 conexões, realizada por Laboratório de 3ª parte ETL ou UL;
5. Deverá possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, marca do produto e codificação de rastreabilidade que permita identificar sua data de fabricação;
6. Deverá ser composto por condutores de cobre sólido, ter capa externa em PVC retardante à chama, com possibilidade de fornecimento nas cores azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelha ou cinza;
7. Deverá atender ao código de cores especificado abaixo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- . par 1: azul-branco, com uma faixa azul (*stripe*) no condutor branco;
 - . par 2: laranja-branco, com uma faixa laranja (*stripe*) no condutor branco;
 - . par 3: verde-branco, com uma faixa verde (*stripe*) no condutor branco;
 - . par 4: marrom-branco, com uma faixa marrom (*stripe*) no condutor branco.
8. Deverá exceder as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2-1 Categoria 6;
9. Deverá apresentar impedância característica de 100 ohms;
10. Deverão ser apresentados através de catálogos os resultados de testes de suas principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos), a saber: atenuação (em dB/100m), Next (em dB), PSNext (em dB), RL (em dB), ACR (em dB), para frequências de 100, 200, 350 e 550Mhz;
11. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá apresentar os certificados ISO-9001 e ISO-14001.

M18 - CABO ELÉTRICO F/UTP CAT.6 CM VM 23 AWG RoHS

1. A ser utilizado em sistemas de cabeamento estruturado blindado, para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 568-B.2-1 Categoria 6, nos cabeamentos primário e secundário entre os painéis de distribuição (*patch panels*) ou conectores (*patch cords*), em sistemas que requeiram robustez, confiabilidade e proteção extra contra ingresso e egresso de EMI (indução eletromagnética) e RFI (interferência por rádio frequência), tais como escritórios com altas fontes de ruído e interferências, e piso de fábrica;

2. Deverá possuir certificação ANATEL;

3. Deverá cumprir com os requisitos da diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances* ou Restrição de Substâncias Perigosas);
4. Deverá ser composto por condutores de cobre sólido 24AWG; isolados em polietileno especial, com blindagem helicoidal em fita metalizada, com capa externa em PVC retardante à chama, com possibilidade de fornecimento nas cores cinza e vermelho;
5. Deverá possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, marca do produto e codificação de rastreabilidade que permita identificar a data de fabricação dos cabos;
6. Deverá ter impedância característica de 100 ohms;
7. Deverá ser apresentado através de catálogos os testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos), a saber: atenuação (em dB/100m), Next (em dB), PSNext (em dB), RL (em dB), ACR (em dB), para frequências de 100 MHz;
8. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá apresentar os certificados ISO-9001 e ISO-14001.

M19 - PAINEL DE FECHAMENTO 1U PRETO

1. Deverá ter acabamento em pintura epóxi de alta resistência a riscos, protegido contra corrosão, de acordo com as condições indicadas para uso interno pela EIA 569;
2. Deverá ser confeccionado em aço;
3. Deverá apresentar largura de 19", conforme requisito da norma ANSI/TIA/EIA 310E;
4. Deverá permitir a fixação em *rack* aberto;
5. Deverá ocupar 1 unidade de *rack* (1U);
6. Deverá possuir identificação do fabricante no corpo do produto;



7. Deverá ter isolamento em PVC;
8. Deverá ser fornecido na cor preta;
9. Deverá ser fornecido com parafusos para fixação em *rack*.

M20 - PAINEL DE FECHAMENTO ANGULAR 1U PRETO

1. Deverá possuir acabamento em pintura de epóxi de alta resistência a riscos, protegido contra corrosão, de acordo com as condições indicadas para uso interno pela EIA 569;
2. Deverá ser produzido em aço;
3. Deverá permitir a fixação em *patch panels* angulares;
4. Deverá apresentar largura de 19", conforme requisito da norma ANSI/TIA/EIA 310D;
5. Deverá apresentar altura de 1U;
6. Deverá permitir a fixação em *rack* aberto;
7. Deverá ser fornecido com parafusos para fixação em *rack*;
8. Deverá ser fornecido na cor preta.

M21 - GUIA DE CABOS HORIZONTAL FECHADO 1U ALTA DENSIDADE

1. Deverá ter acabamento em pintura de epóxi de alta resistência à riscos, protegido contra corrosão, de acordo com as condições indicadas para uso interno pela EIA 569;
2. Deverá ser produzido em aço;
3. Deverá ter as seguintes dimensões:
 - . Altura: 44 mm;
 - . Largura: 482 mm;
 - . Profundidade: 75 mm.
4. Deverá possuir tampa metálica removível, sem parafusos;
5. Deverá suportar a passagem de até 48 cabos U/UTP CAT.6 ou 24 cabos CAT.6;
6. Deverá ter espessura de chapa da estrutura de 1,2 mm, no mínimo;

M22 - VOICE PANEL CATEGORIA 3

1. Deverá ser fornecido em aço com pintura epóxi, resistente à corrosão e a riscos;
2. Deverá apresentar altura de 1U;
3. Deverá apresentar largura de 19", conforme requisito da norma ANSI/TIA/EIA 310D;
4. Deverá permitir terminação de condutores sólidos de 22 AWG a 24 AWG;
5. Deverá possuir área para identificação do equipamento nas partes frontal e traseira;
6. Deverá ser compatível com *patch cords* conectorizados em RJ-11 ou RJ-45;
7. Deverá atender a Declaração de Conformidade FCC 68.5 (EMI - interferência eletromagnética);
8. Deverá ser totalmente compatível com conectores RJ-11;
9. Deverá permitir o uso de ferramenta *punch-down* na conexão dos condutores nas terminações 110 IDC traseiras;
10. Deverá ter performance garantida, dentro dos limites da Norma EIA/TIA 568 para Categoria 3;
11. Deverá possuir padrão de pinagem com 2 pares por porta: pinos 3, 4, 5 e 6;
12. Deverá atender as especificações das normas EIA/TIA 568 B e seus adendos, ISO/IEC 11801 e NBR 14565;

13. Deverá possuir certificação ANATEL;



14. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá apresentar os certificados ISO-9001 e ISO-14001.

M23 - CONECTOR FÊMEA CATEGORIA 6 BRANCO

1. Deverá exceder as características elétricas contidas na norma ANSI/TIA/EIA 568-C.2 Categoria 6;

3. Deverá possuir Certificação ANATEL;

4. Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro;

5. Deverá ser compatível para as terminações T568A e T568B, segundo a ANSI EIA/TIA 568-C.2;

6. Deverá suportar ciclos de inserção na parte frontal, igual ou superior a: 750 (setecentas e cinquenta) vezes, com conectores RJ-45, e 200 vezes, com RJ-11;

7. Deverá constar a identificação do conector como Categoria 6, gravado em sua parte frontal;

8. Deverá suportar ciclos de inserção iguais ou superiores a 200 (duzentas) vezes, com terminações 110 IDC;

9. Deverá ser fornecido com instrução de montagem em língua portuguesa;

10. Deverá possuir logotipo do fabricante impresso no corpo do produto;

11. Preferencialmente, o fabricante do produto deverá apresentar os certificados ISO-9001 e ISO-14001.

M24 - PISO ELEVADO

1. Deverá ser composto de placas com revestimento em fórmica 500 mm x 500 mm, na cor gelo;

2. Deverá vir de fábrica com o revestimento aplicado;

3. Deverá permitir variações de altura de 70 mm, 110 mm e 150 mm;

4. Deverá vir acompanhado de todos os pedestais e demais acessórios para a sua perfeita instalação.

M25 - CABO ÓPTICO INTERNO MONOMODO

1. A ser utilizado em sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens nos *campi* da UFPB, entre prédios, que exijam interligações ópticas externas e internas;

2. Deverá permitir aplicação em ambiente interno, com construção do tipo “tight”, composto por fibras ópticas monomodo com revestimento primário em acrílato e revestimento secundário em material polimérico colorido (900 m), reunidas e revestidas por fibras sintéticas dielétricas para suporte mecânico (resistência à tração) e cobertas por uma capa externa em polímero especial para uso interno na cor preta;

3. Deverá possuir Certificação ANATEL;

4. Deverá ser constituído por fibras monomodo 9/125, com *proof-test* maior ou igual a 100 Kpsi;

5. Deverá apresentar diâmetro do campo modal:

. 9,3 +/- 0,5 µm, em 1310 nm;

. 10,4 +/- 0,8 µm, em 1550 nm;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

6. Deverá apresentar atenuação máxima de:
 - . 0,37 dB/km, em 1310 nm;
 - . 0,23 dB/km, em 1550 nm.
7. Deverá ser totalmente dielétrico, garantindo a proteção dos equipamentos ativos de transmissão contra propagação de descargas elétricas atmosféricas;
8. Deverá possuir resistência à umidade, fungos, intempéries e ação solar (proteção UV);
9. Deverá possuir raio de curvatura (mínimo) de 40 mm, após a instalação, e de 100 mm, durante a instalação;
10. Deverá possuir resistência à tração de 185 kgf, durante a instalação;
11. Deverá operar na faixa de temperaturas entre -20° a 65° Celsius, comprovada através de teste ciclo térmico;
12. Deverá possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI);
13. Deverá suportar aplicação em sistemas de cabeamento *intrabuilding* e *interbuilding*, segundo as normas ANSI EIA/TIA 568-B e 568-B.3;
14. Deverão todas as características estar de acordo com a norma ABNT NBR 14772.

M26 - CABO ÓPTICO EXTERNO MONOMODO COM PROTEÇÃO CONTRA ROEDORES

1. A ser utilizado em sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, com distribuição em campus, entre prédios, que exijam interligações ópticas externas;
2. Deverá ser do tipo “*loose*”, composto por fibras ópticas monomodo com revestimento primário em acrilato, protegidas por tubo de material termoplástico cujo interior deverá ser preenchido com gel;
3. Deverá possuir uma fita de aço corrugada aplicada sob a capa externa e sobre uma capa interna de polietileno, garantindo a proteção contra ataque de roedores;

4. Deverá possuir certificação ANATEL;

5. Deverá ser constituído por fibras monomodo 9/125, com *proof-test* maior ou igual a 100 Kpsi;
6. Deverá apresentar diâmetro do campo modal:
 - . 9,3 +/- 0,5 µm, em 1310 nm;
 - . 10,4 +/- 0,8 µm, em 1550 nm;
7. Deverá apresentar atenuação máxima de:
 - . 0,37 dB/km, em 1310 nm;
 - . 0,23 dB/km, em 1550 nm.
8. Deverá possuir resistência a raios ultravioleta e à umidade;
9. Deverá possuir resistência à tração de 100 kgf, durante a instalação;
10. Deverá operar na faixa de temperaturas entre -20° a 65° Celsius, comprovada através de teste ciclo térmico;
11. Deverá possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, marca do produto, data de fabricação, gravação sequencial métrica (em sistema de medida internacional SI);
12. Deverão todas as características estar de acordo com a norma ABNT NBR 14772.

M27 - EXTENSÃO DUPLEX SM SC-SPC



1. Deverá ser composto por duas fibras ópticas monomodo (SM), com revestimento primário em acrilato e secundário em PVC e sobre este possuir elementos de tração de fios dielétricos e capa em PVC retardante à chama, com diâmetro externo de 2 mm por cordão;
2. Deverá atender todos os requisitos de performance previstos na norma EIA/TIA-568-B.3;
3. Deverá atender as principais aplicações segundo a norma IEEE 802.3 (Gigabit e 10 Gigabit Ethernet) e ANSI T11.2 (Fibre Channel);
4. Deverá ser 100% montado e testado em fábrica;
5. Deverá possuir alta performance em perda de inserção e perda de retorno;
6. Deverá possuir conector SC;
7. Deverá possuir polimento SPC.

M28 - CORDÃO ÓPTICO DUPLO MONOMODO

1. A ser utilizado em sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA 568-C.3, para uso interno em cabeamento vertical ou primário, em salas ou armários de distribuição principal, ou para cabeamento horizontal ou secundário, em salas de telecomunicações (*cross connect*), na função de interligação de distribuidores e bloqueios ópticos com os equipamentos de rede;
2. Deverá ser constituído por um par de fibras ópticas monomodo 9/125, cor azul, tipo “tight”;
3. Deverá ter o padrão “zip-cord” de reunião das fibras para diâmetro de 2 mm;
4. Deverá possuir revestimentos primário, em acrilato, e secundário, em PVC;
5. Deverão existir elementos de tração e capa em PVC retardante à chama sobre o revestimento secundário;
6. Deverão ser as extremidades devidamente conectorizadas e testadas de fábrica;
7. Deverá possuir impresso na capa externa o nome do fabricante, identificação do produto e data de fabricação;
8. Deverá ser disponibilizado nas opções de terminações com conectores ST / FC / SC / MT-RJ / LC e E2000-APC;

9. Deverá o possuir certificação ANATEL.

M29 - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO 19”

1. Deverá suportar até 48 fibras para rack de 19”;
2. Deverá suportar conectores Small Form Factor, para até 48 fibras com conectores LC e MT-RJ, até 36 fibras com conector SC e até 24 fibras com outros conectores;
3. Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo óptico e as extensões ópticas;
4. Deverá ser compatível com os adaptadores ópticos (ST, SC, LC Duplex, FC, MT-RJ e E2000);
5. Deverá ser modular para expansão do sistema;
6. Deverá possuir placa frontal padronizada, para permitir modularidade com outros produtos da linha;
7. Deverá possuir altura de 1U e ser compatível com o padrão 19”;
8. Deverá possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras, acomodação, emenda devem ficar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao Sistema);
9. Deverá ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- todos os acessórios necessários para a realização de fusão;
10. Deverá ser fornecido com os *pigtails* e adaptadores ópticos;
 11. Deverá ser fabricado em aço;
 12. Deverá utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos;
 13. Deverá possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos, a fim de facilitar a manutenção, instalação e trabalhos posteriores sem a necessidade de retirá-lo do *rack*;
 14. Deverá possuir *kit* para permitir uma melhor ancoragem dos cabos, que poderá ser feita, no mínimo, de 02 formas diferentes;
 15. Deverá ser compatível com acessório de encaminhamento de excesso de fibras;
 16. Deverá possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico;
 17. Deverá comportar adequadamente adaptadores ópticos agrupados de 12 em 12 ou de 8 em 8, em uma placa padrão;
 18. Deverá possuir bandejas de proteção de emendas ópticas (no máximo 2, em caso de fusão óptica);
 19. Deverá possuir 04 acessos para cabos ópticos traseiros;

M30 - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO DE PAREDE

1. Deverá suportar até 12 fibras de parede ou prateleira;
2. Deverá ser indicado para uso interno e fixação em parede;
3. Deverá ter a capacidade de acomodar até 12 fibras ópticas;
4. Deverá permitir a utilização de conectores LC, SC, ST e FC;
5. Deverá suportar cabos ópticos de construção *tight* ou *loose*;
6. Deverá ser fornecido com bandeja de emenda, protetor de emenda, braçadeiras plásticas e parafusos para fixação;
7. Deverá ser fornecido em aço com pintura epóxi, resistente à corrosão e a riscos;
8. Deverá utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos;
9. Deverá possuir compartimento interno para acomodar e proteger o estoque de *pigtails*;

M31 - CAIXA DE EMENDA ÓPTICA AÉREA / SUBTERRÂNEA

1. Deverá ter capacidade mínima de acomodação de 24 a 96 fibras;
2. Deverá permitir a fixação aérea em cordoalha ou diretamente em postes, utilizando fitas de aço ou abraçadeira;
3. Deverá ser possível sua acomodação em caixas de passagem subterrâneas ou diretamente enterradas;
4. Deverá possuir selagem mecânica;
5. Deverá conter válvula para teste de pressurização;
6. Deverá possuir os seguintes acessórios: base, cúpula, bandeja de emenda em S, tubo termocontrátil, anel de vedação da base de cúpula, abraçadeira plástica, chave especial para a selagem mecânica.
7. Deverá possuir certificação ANATEL.

M32 - CABO TELEFÔNICO METÁLICO CIT 50x50p, 50x30p RoHS

1. A ser utilizado internamente em centrais telefônicas, prédios comerciais, industriais, residenciais ou nas instalações de equipamentos KS, PBX, PABX;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

2. Deverá possuir fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido, com diâmetro nominal de 0,50 mm;
3. Deverá possuir isolamento de polietileno de alta densidade, retardante à chama;
4. Deverá atender a norma ABNT/NBR 10501;
5. **Deverá possuir certificação ANATEL;**
6. Deverá possuir 50 ou 30 pares;

M33 - CABO TELEFÔNICO METÁLICO CTP-APL 50x50p, 50x30p RoHS

1. A ser utilizado interna ou externamente em centrais telefônicas, prédios comerciais, industriais, residenciais ou nas instalações de equipamentos KS, PBX, PABX;
2. Deverá possuir fio sólido de cobre eletrolítico nu, recozido com diâmetros nominal de 0,50mm;
3. Deverá possuir isolamento de polietileno de alta densidade, retardante à chama;
4. Deverá atender a norma ABNT/NBR 10501;
5. **Deverá possuir certificação ANATEL;**
6. Deverá possuir 50 ou 30 pares;

OBSERVAÇÃO:

- 1 - Todos os passivos de rede – conectores, cabos, *patch cords*, *patch panels* etc. – deverão ser do mesmo fabricante;
- 2 – Os *patch cords* não poderão ser confeccionados manualmente e somente serão aceitos os fabricados em processo industrial.

7.3 Quadro de Serviços com Fornecimento de Materiais

GRUPO 1

Item	Unid.	Qtde.	Especificação e Código do Serviço	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	metro	22.500	Serviço de lançamento de cabo de cobre flexível isolado, 750v, 2,50 mm ² , cores preta/verde/azul - S33	1,90	42.651,58
2	metro	1.500	Serviço de lançamento de cabo de cobre flexível isolado, 750 V, 10,0 mm ² - S33	6,28	9.412,76
3	unid.	3.000	Serviço de instalação de canaleta em alumínio 70x25x3000 mm, com divisor interno e acessórios - S3	95,43	286.304,83
4	unid.	750	Serviço de instalação de canaleta 40x30x2000 mm, com divisor interno e acessórios - S3	36,67	27.502,91



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

5	unid.	750	Serviço de instalação de canaleta 50x20x2000 mm, com divisor interno e acessórios - S3	34,75	26.064,85
6	unid.	750	Serviço de instalação de canaleta 100x50x2000 mm, com divisor interno e acessórios - S3	49,02	36.768,60
7	unid.	2.000	Serviço de instalação de tomada 3p ABNT para canaletas ou eletrodutos - S4	27,37	54.733,47
8	barra	900	Serviço de instalação de eletroduto em PVC 1" x 3m, cor cinza - S4	53,93	48.534,55
9	barra	1.200	Serviço de instalação de eletroduto em PVC 3/4" x 3m, cor cinza - S4	41,94	50.332,13
10	barra	900	Serviço de instalação de eletroduto em PVC 1" x 3m - S4	35,95	32.356,37
11	barra	1.200	Serviço de instalação de eletroduto em PVC 3/4" x 3m - S4	30,65	36.775,14
12	unid.	20	Serviço de instalação de quadro elétrico 12 disjuntores + geral, tipo Sobrepor Padrão Europeu - S34	157,86	3.157,20
13	unid.	20	Serviço de instalação de quadro elétrico 24 Disjuntores + geral, tipo Sobrepor Padrão Europeu - S34	253,95	5.078,97
14	unid.	125	Serviço de instalação de disjuntor unipolar DIN - S34	11,86	1.483,00
15	unid.	125	Serviço de instalação de disjuntor tripolar DIN - S34	46,15	5.768,58
16	unid.	750	Serviço de instalação de eletrocalha perfurada, tipo U 100x50x3000 mm - S2	58,83	44.122,32
17	unid.	750	Serviço de instalação de eletrocalha perfurada, tipo U 200x50x3000 mm - S2	75,17	56.378,52
18	unid.	750	Serviço de instalação de eletrocalha perfurada, tipo U 300x50x3000 mm - S2	91,51	68.634,72
19	unid.	1.000	Serviço de instalação de perfilado 38x38x6000 mm - S2	26,84	26.843,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

20	metro	600	Serviço de instalação de eletroduto corrugado flexível, fabricado em PEAD, com dimensão mínima de 1 ¼" - S4	12,57	7.543,28
21	metro	600	Serviço de instalação de eletroduto corrugado flexível, fabricado em PEAD, com dimensão mínima de 2" - S4	12,90	7.739,38
22	unid.	25	Serviço de instalação de caixa de passagem subterrânea, modelo R1, com tampa de ferro - S6	823,62	20.590,42
23	unid.	25	Serviço de instalação de caixa de passagem subterrânea, modelo R2, com tampa de ferro - S6	946,93	23.673,26
24	unid.	2.000	Serviço de instalação de patch cord U/UTP Cat.6, CM, T568A, 1,5 m - S13	26,15	52.293,12
25	unid.	2.000	Serviço de instalação de patch cord U/UTP Cat.6, CM, T568A, 2,5 m - S13	35,08	70.159,94
26	unid.	750	Serviço de instalação de patch cord U/UTP Cat.6, CM, T568A, 3,0 m - S13	40,46	30.346,35
27	unid.	300	Serviço de instalação de patch cord U/UTP Cat.6, CM, T568A, 5,0 m - S13	53,11	15.933,06
28	unid.	150	Serviço de instalação de patch panel Cat.6, T568A/B, 24 portas - S10	934,74	140.210,93
29	unid.	75	Serviço de instalação de patch panel descarregado, 24 portas, 1U – S10;	354,50	26.587,78
30	unid.	75	Serviço de instalação de patch panel descarregado, 24 portas Angular 1U - S10	751,71	56.378,52
31	metro	120.000	Serviço de lançamento de cabo U/UTP Cat.6, CM, VM, 23 AWG ROHS - S17	5,10	611.829,50
32	metro	2.000	Serviço de lançamento de cabo F/UTP Cat.6, CM, VM, 23 AWG ROHS - S17	8,52	17.038,84
33	unid.	250	Serviço de instalação de painel de fechamento, 1U, cor preta - S10	20,37	5.093,13
34	unid.	50	Serviço de instalação de painel de fechamento angular, 1U, cor preta - S10	62,02	3.101,09



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

35	unid.	250	Serviço de instalação de guia de cabos horizontal, fechado, 1U, alta densidade - S17	117,74	29.433,95
36	unid.	15	Serviço de Instalação de voice panel, Cat.3, 30 portas - S12	647,13	9.706,91
37	unid.	15	Serviço de Instalação de voice panel, Cat.3, 50 portas - S12	810,10	12.151,45
38	unid.	3.000	Serviço de instalação de conector fêmea Cat.6, cor branca - S25	43,85	131.549,88
39	metro ²	160	Serviço de instalação de placa de piso elevado com revestimento em fórmica - S31	581,22	92.994,60
40	metro	1.000	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 4 fibras, uso interno - S18	5,90	5.904,76
41	metro	1.000	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 6 fibras, uso interno (sem geleia de petróleo) - S18	6,35	6.351,44
42	metro	500	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 12 fibras, uso interno (sem geleia de petróleo) - S18	8,45	4.227,03
43	metro	1.000	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 4 fibras, uso externo antirroedores (com geleia de petróleo) - S18	13,42	13.421,90
44	metro	500	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 6 fibras, uso externo antirroedores (com geleia de petróleo) - S19	14,38	7.190,30
45	metro	200	Serviço de lançamento de cabo óptico SM, 12 fibras, uso externo antirroedores (com geleia de petróleo) - S19	15,22	3.043,90
46	unid.	200	Serviço de instalação de extensão óptica conectorizada duplex, SM, SC-SPC - S14	34,75	6.950,63
47	unid.	200	Serviço de instalação de cordão óptico duplex, SM, SC-SPC/SC-SPC, 2,5 m - S14	106,37	21.274,58
48	unid.	200	Serviço de instalação de cordão óptico duplex, SM, LC-SPC/SC-SPC, 2,5 m - S14	116,05	23.209,43



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

49	unid.	100	Serviço de instalação de distribuidor interno óptico (DIO) de 19", 24 fibras, com bandeja e acopladores - S7	1.398,84	139.884,10
50	unid.	16	Serviço de instalação de DIO de 19", 48 fibras, com bandeja e acopladores - S7	1.673,38	26.774,08
51	unid.	25	Serviço de instalação de DIO, tipo Sobrepor, 12 fibras, com bandeja e acopladores - S7	230,09	5.752,24
52	unid.	36	Serviço de instalação de caixa de emenda óptica aérea/subterrânea (completa) até 24 fibras - S7	530,78	19.107,91
53	unid.	16	Serviço de instalação de caixa de emenda óptica aérea/subterrânea (completa) até 96 fibras - S7	874,82	13.997,13
54	metro	300	Serviço de lançamento de cabo telefônico CIT 50x30 pares - S18	18,34	5.500,58
55	metro	300	Serviço de lançamento de cabo telefônico CIT 50x50 pares - S18	26,31	7.892,99
56	metro	500	Serviço de lançamento de cabo telefônico CTP-APL 50x30 pares - S18	18,43	9.216,66
57	metro	500	Serviço de lançamento de cabo telefônico CTP-APL 50x50 pares - S18	23,97	11.983,84
58	serviço	100	Levantamento de Necessidades - S1	223,64	22.364,02
59	serviço	100	Instalação de armários (racks) - S8	392,20	39.219,84
60	serviço	100	Organização de cabos em armários (racks) - S9	599,19	59.919,20
61	serviço	4.000	Identificação de ponto de rede - S16	1,20	4.793,54
62	serviço	2.000	Remoção de rede existente - S20	1,31	2.614,66
63	serviço	600	Recomposição de alvenaria - S21	175,02	105.011,12
64	serviço	600	Abertura de valas para lançamento de dutos - S22	35,95	21.570,91
65	serviço	4.000	Certificação de ponto de rede estruturado - S23	11,77	47.063,81



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

66	serviço	400	Certificação de fibra óptica com certificador - S24	19,61	7.843,97
67	serviço	1.500	Remanejamento de ponto de rede - S26	23,97	35.951,52
68	serviço	1.500	Reparo de infraestrutura em par metálico - S27	23,97	35.951,52
69	serviço	200	Documentação As-Built (por prancha)	84,64	16.927,72
70	serviço	400	Serviço de fusão óptica - S29	47,94	19.174,14
71	serviço	100	Manutenção preventiva/corretiva de bracket - S30	525,06	52.505,56
72	serviço	30	Instalação de no-break - S32	358,32	10.749,50
			TOTAL		3.040.894,73

7.4 Garantia e Habilitação Técnica

7.4.1 Garantia:

- . Os serviços deverão ter garantia mínima de 5 (cinco) anos;
- . Os materiais aplicados na execução dos serviços deverão ter, no mínimo, 15 (quinze) anos de garantia, no caso de materiais de conectividade, e, no mínimo, 5 (cinco) anos quanto aos demais, observadas as Premissas Básicas do item 7 deste Termo de Referência.

7.4.2 Habilitação Técnica:

1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido(s) em nome do proponente e/ou do(s) responsável(is) técnico(s), que comprove(m) a aptidão desse(s) profissional(is) para o desempenho de todos os serviços relativos ao objeto do presente TR;
2. Entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(is) responsável(is) pelos serviços, devidamente quitada e registrada no CREA-PB no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a emissão da Autorização de Fornecimento para a execução dos serviços relacionados no documento de Levantamento de Necessidades;
3. Registro da empresa PROPONENTE e do respectivo engenheiro responsável técnico junto à entidade profissional competente, para fins de comprovação da condição de responsável técnico da PROPONENTE, através da apresentação de certidão de registro de pessoa física em nome do responsável técnico e certidão de pessoa jurídica em nome da LICITANTE, ambas emitidas pelo CREA e dentro dos prazos de validade, comprovando também estarem quites com as anuidades relativas até o exercício corrente;
4. Comprovação da existência no quadro permanente da PROPONENTE, na data



prevista para a apresentação da proposta, de 01 (um) engenheiro eletricitista ou engenheiro de telecomunicações, no mínimo, que será o responsável técnico pela execução dos serviços, com o devido registro no CREA-PB, podendo esta comprovação ser feita através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho devidamente registrado ou da apresentação do Contrato Social.

8. EXECUÇÃO E ATENDIMENTO

8.1 Execução

8.1.1 As atividades serão executadas em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

8.1.2 Todo o serviço a ser executado será precedido do Levantamento de Necessidades, através de Autorização de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Para os serviços contratados após o Levantamento de Necessidades, deverá ser emitida uma Autorização de Fornecimento;

8.1.3 Contratado o serviço, a CONTRATADA terá de 15 a 90 dias corridos para executá-lo, segundo o quadro abaixo, em função de sua complexidade:

Tempo de execução	Serviço
Até 15 (quinze) dias	Levantamento de Necessidades Instalação de armário (<i>rack</i>) Organização de cabos em armário (<i>rack</i>) Instalação de <i>patch panel</i> em armário (<i>rack</i>) Instalação de guia de cabos em armário (<i>rack</i>) Instalação / conectorização de <i>voice panel</i> Instalação de <i>patch cord</i> / <i>voice</i> Instalação de cordão óptico Instalação de etiqueta de identificação Identificação de ponto de rede Certificação de ponto de rede estruturado Certificação de fibra óptica com OTDR Conectorização de cabo UTP (uma extremidade) Reparo de infraestrutura em par metálico
Até 30 (trinta) dias	Instalação de eletrocalha e acessórios Instalação de canaleta e acessórios Instalação de tubo em parede e/ou divisória Instalação de caixa de emenda óptica Lançamento de cabo UTP Remoção de infraestrutura de rede existente Recomposição de alvenaria Remanejamento de ponto de rede Serviço de fusão óptica Manutenção preventiva / corretiva de <i>Bracket</i>



	Lançamento de condutor elétrico
Até 60 (sessenta) dias	Instalação de duto subterrâneo Instalação de caixa de passagem subterrânea Lançamento de cabo óptico subterrâneo / tubulações Abertura de valas para lançamento de dutos Lançamento de cabo óptico em via pública Instalação de quadro elétrico
Até 90 (noventa) dias	Documentação <i>As-Built</i>

8.1.4 Terminado o serviço e realizado seu aceite pela PU/UFPB, mediante aval da STI, começará a valer o período de garantia. Durante este período, a CONTRATADA deverá observar o item 9 (*Service Level Agreement* ou Acordo de Nível de Serviço) e os seus subitens constantes deste Edital;

8.1.5 Em todos os serviços prestados, sem distinção, a CONTRATADA deverá manter o local limpo e organizado, com sinalização apropriada quando necessário. Não serão aceitos a interrupção de vias internas ou externas a UFPB e o depósito de material sobre calçadas, áreas de circulação e afins;

8.1.6 O descumprimento total ou parcial dos subitens descritos no item 8, acarretará à CONTRATADA a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.2 Atendimento

8.2.1 Todas as atividades que envolvam a manutenção corretiva e preventiva do cabeamento óptico e metálico da infraestrutura de rede de dados, voz e elétrica, além da realização de projetos de cabeamento, disponibilização de novas infraestruturas em eletrocalhas, tubos, canaletas, tubulação subterrânea e/ou em postes, serão realizados sem a incidência de quaisquer outros custos que não estejam especificados neste Edital;

8.2.2 A CONTRATADA deverá dispor de uma Central de Atendimento para abertura dos chamados, com serviço 0800 ou sistema web, para os serviços em garantia, sem custo para a UFPB, com horário de atendimento de 24 horas por dia e 7 dias por semana.

9. SLA (Service Level Agreement)

O Acordo de Nível de Serviço será observado na execução de novos serviços, na recuperação de danos sofridos em serviços executados pela CONTRATADA, durante o período do Contrato, e no prazo de garantia.

9.1 Os critérios de severidade a serem seguidos pela CONTRATADA no atendimento a solicitações de serviços, para aqueles em garantia, serão:

9.1.1 Severidade 0: Falha em cabo óptico interno e/ou externo aos *campi* da UFPB, manutenção em pontos do *datacenter* da STI e pontos de concentração do *backbone* da Rede UFPB em todos os *campi*;

9.1.2 Severidade 1: Manutenção em pontos críticos de: gabinetes do(a) Reitor(a) e Vice-Reitor(a), gabinete de Pró-Reitores(as), gabinetes de diretores(as) de Centro de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Ensino e unidades administrativas, salas de chefia de departamentos acadêmicos e salas de coordenadores de curso;

9.1.3 Severidade 2: Manutenção em pontos críticos em demais unidades administrativas e acadêmicas dos *campi* da UFPB.

9.2 Prazo de Atendimento

9.2.1 O prazo de atendimento às solicitações de serviços a ser cumprido pela CONTRATADA, observados a severidade e local de ocorrência dessas, deverá obedecer ao disposto no quadro abaixo:

Severidade	Localidade	Tempo Máximo para Solução*	
		Dias úteis (das 7 às 22 h)	Feriados e finais de semana
0	João Pessoa	3 horas	5 horas
0	Areia	6 horas	8 horas
0	Bananeiras	6 horas	8 horas
0	Litoral Norte	5 horas	7 horas
1	João Pessoa	6 horas	8 horas
1	Areia	8 horas	10 horas
1	Bananeiras	8 horas	10 horas
1	Litoral Norte	7 horas	9 horas
2	João Pessoa	8 horas	10 horas
2	Areia	10 horas	12 horas
2	Bananeiras	10 horas	12 horas
2	Litoral Norte	9 horas	11 horas

*A partir do registro da solicitação de serviço junto à CONTRATADA.

10. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1 Em caso de inexecução do objeto do presente Termo de Referência, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não-veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência;

II - Multas, conforme o disposto a seguir:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do somatório dos itens da Autorização de Fornecimento (AF) entregues com atraso, por dia de atraso na entrega do material, limitados a 10% (dez por cento) daquele mesmo valor;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da AF, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora, no caso de recusa injustificada da LICITANTE adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas no Edital do pregão;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preço, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- e) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do somatório dos itens entregues em desacordo com o Edital e a proposta de preços aceita na sessão do pregão;
- f) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do material no prazo determinado no Termo de Referência, caso não esteja de acordo com a especificação exigida em Edital, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do material e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;
- g) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de cancelamento integral da Ata por ato unilateral da Administração, motivada por culpa da CONTRATADA ou a pedido da mesma.

Obs.: As multas deverão ser recolhidas em favor da Universidade Federal da Paraíba, conforme instruções fornecidas pela CONTRATANTE.

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preço, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, deixar de entregar documentação solicitada, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no item II.

10.2 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.2.1. É OBRIGATÓRIO a apresentação de endereço de correio eletrônico válido em sua proposta de preços, conforme o Anexo II deste Edital, para fins de recebimento de notificações, comunicados e intimações:

- a) Empresas que retirarem o Edital pelo sistema Comprasnet têm a obrigação de manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Fornecedores (SICAF), para os fins expostos acima;

b) Caso a Licitante/Fornecedor opte por enviar o Termo de Retirada de Edital, fica esta/este obrigada(o) a apresentar no mesmo um endereço de correio eletrônico válido, para os fins expostos acima.

10.3 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

10.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativa e/ou judicialmente, com inscrição na Dívida Ativa da União.

10.4.1. Não havendo o pagamento da multa no vencimento constante na GRU e inexistente garantia contratual, haverá a atualização dos valores conforme fórmula constante no item 9 deste Termo de Referência.

10.5 As sanções previstas nos incisos I e III do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento deverá ser efetuado integralmente até o 15º (décimo-quinto) dia útil, após o aceite definitivo do serviço – em sua totalidade – e atesto da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança.

11.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que o índice de compensação financeira, devido pela CONTRATANTE será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = $T/365$;

T = Percentual da taxa anual = 6% ;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento ;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

VP = Valor da prestação a ser paga .

De onde se obtém que $I = 0,000164384$.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As possíveis despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência correrão no exercício de 2015/2016, à conta da seguinte dotação orçamentária da União:

Órgão: Universidade Federal da Paraíba
Unidade (UASG): Prefeitura Universitária (153066)
Natureza da Despesa: 3390.39 (Serviço)
Fonte de Recursos: 0112000000.

João Pessoa-PB, xx de XXXXX de 2015.

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário
UFPB



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA PARA PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015 PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

1. Para Lançar a Proposta no Sistema Comprasnet

A LICITANTE deverá preencher o campo ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO com as informações sobre o item, esclarecendo todas as especificações técnicas do serviço/material, conforme o solicitado no Anexo I, sendo desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo:

- a) Não serão aceitas descrições genéricas como “conforme Edital”, “atendemos o Edital”, dentre outros exemplos;
- b) O campo Fabricante deverá ser preenchido com o nome de um fabricante, se houver;
- c) O campo Marca deverá ser preenchido com somente uma marca e um modelo, se houver.

2. Para Encaminhar a Proposta Definitiva (Licitante Vencedora)

A proposta escrita a ser encaminhada pela LICITANTE vencedora, após a fase de lances, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas:

- a) Descrição detalhada;
- b) Quantidade, preço unitário e preço total e, se houver, marca, modelo, fabricante;
- c) Preços expressos em Real, com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula;
- d) Identificação da empresa: CNPJ, endereço completo, telefone(s), *e-mail*, representante legal e responsáveis pelo contato;
- e) Validade da proposta e prazo de garantia.

É obrigatória a apresentação de *e-mail* válido para contato, em atendimento ao item 10.2.1 do Termo de Referência.

Empresa	
CNPJ	
Endereço	
Telefone / Fax	
<i>E-mail</i>	

Item	Unid.	Qtde.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
------	-------	-------	---------------	----------------------	-------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

TOTAL					

_____, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura e identificação do representante legal e carimbo da empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2015

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015 PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

A **PREFEITURA UNIVERSITÁRIA** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, situada à Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, em João Pessoa-PB, CEP.: 58.051-900, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **JANDIR DE SANTANA**, RG nº xxxxxx - SSP/xx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, realizou, através do *website* <http://www.comprasnet.gov.br>, o Pregão Eletrônico PU/UFPB nº 24/2015 (SRP), nos termos da Lei nº 10.520/2002 e dos Decretos nº 5.450/2005 e nº 7.892/2013, da Lei nº 8.666/1993 e das demais normas aplicáveis, e, em razão da classificação das propostas apresentadas no supracitado Pregão, divulgada no *website* Comprasnet e homologada pelo ordenador de despesas da PU/UFPB, às fls. XXX do processo nº 23074.09290/2015-16, **RESOLVE** registrar os preços para a aquisição de **serviços de manutenção e instalação de cabeamento estruturado (redes de dados, voz e elétrica) com ou sem fornecimento de material**, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de eventual contratação entre a UFPB e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico PU/UFPB nº 24/2015 cujo objeto é o registro de preços para a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDES DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM OU SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL** para a UFPB, conforme descrito no Anexo I desta Ata e ratificado por todas as empresas vencedoras, através das declarações anexas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, compreendendo o período de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx.

Subcláusula primeira - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a UFPB não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de favorecimento, em igualdade de condições.

Subcláusula segunda - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula terceira - A Ata poderá sofrer alterações de preços de acordo com as condições



estabelecidas no arts. 18 e 19 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Federal, desde que autorizados pela UFPB.

Subcláusula primeira - O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é especificado conforme o Anexo I.

Subcláusula segunda - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital que a originou.

Subcláusula terceira - Em cada aquisição, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, que também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Constitui o Anexo I desta Ata a relação do(s) item(ns) com a(s) respectiva(s) empresa(s) ofertante(s) do menor preço por item/grupo, que terá(ão) preferência de contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada aquisição, o prazo de entrega do objeto desta Ata será aquele definido no Edital do Pregão Eletrônico que a originou e os quantitativos serão os informados na Autorização de Fornecimento, conforme Anexo IV do referido Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

Em todas as aquisições, o pagamento será feito por meio de ordem bancária, transmitida ao Banco do Brasil, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias do aceite na respectiva Nota Fiscal pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA

A entrega dos serviços somente estará caracterizada mediante o recebimento definitivo do mesmo, ou seja, o aceite na respectiva Nota Fiscal correspondente, pelo fiscal do Contrato.

Subcláusula única - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo se a entrega desses estiver prevista para data posterior ao seu vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA que ensejar o retardamento da execução do Contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito de ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que



seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula única - A CONTRATADA ainda ficará sujeita às penalidades previstas no Edital do Pregão que originou esta Ata.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda da presente Ata e em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29/06/1995, e demais normas pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços.

Subcláusula única - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajuste, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Os serviços que são objeto desta Ata serão recebidos pelo requisitante, consoante o disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) A detentora não assinar a Ata no prazo estabelecido e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela CONTRATANTE.

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Ata, será feita pessoalmente ou por correspondência com Aviso de Recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pela(s) detentor(as), quando:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovar(em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) Na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à CONTRATANTE a aplicação das penalidades previstas em Lei, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesas da PU/UFPB.

Subcláusula primeira - A emissão das Autorizações de Fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula segunda - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a UFPB poderá ou não contratar o objeto deste Pregão.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o Anexo I (preços registrados) e as declarações de concordância das empresas vencedoras.

Esta Ata está vinculada ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços PU/UFPB nº 24/2015 e às propostas apresentadas durante a sessão do referido certame pelas empresas relacionadas no Anexo I desta Ata.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa-PB, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Lei nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

João Pessoa - PB, XX de XXXX DE 2015.

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário
UFPB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO III-A DO EDITAL
ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESAS E PREÇOS REGISTRADOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015
PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

Relação de empresas vencedoras do certame licitatório, contendo a descrição dos serviços e preços negociados na sessão do Pregão.

Empresa	
CNPJ	
Endereço	
Telefone / Fax	
Representante Legal	
CPF	

Item	Unid.	Qtde.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TOTAL					

João Pessoa - PB, XX de XXXXX DE 2015.

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário
UFPB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO III-B DO EDITAL
ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015
PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

A empresa _____ declara para os devidos fins, que:

1. Recebeu a Ata de Registros de Preços do Pregão Eletrônico PU/UFPB nº 24/2015 (SRP) a qual contém _____ páginas (incluindo Ata e Anexos);
2. Concorda com todos os termos da referida Ata e respectivo Anexo I e com os preços ali registrados;
3. Assume o compromisso de receber as Autorizações de Fornecimento e Notas de Empenhos através do correio eletrônico (*e-mail*) _____ e, caso não venha a confirmar o recebimento desses documentos enviados pela PU/UFPB, concorda que esta os considerará como recebidos e, dessa forma, iniciará a contagem do prazo de entrega do bem ou serviço.
4. Assume o compromisso de comunicar a PU/UFPB, em caso de mudança do *e-mail*.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura e identificação do representante legal e carimbo da empresa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO IV

MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015
PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

Local de Entrega: _____

Contratada	
CNPJ	
Endereço	
Telefone / Fax	
Nota de Empenho nº	
Data da Solicitação	

Item	Unid.	Qtde.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
TOTAL					

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura e identificação do responsável - PU/UFPB)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO V

**DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE
DO INCISO XI DO ARTIGO 4º DA IN RFB Nº 1.234/2012**

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015
PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

Ilmo. Sr.
(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430/1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, ____ de _____ de ____.

(Responsável técnico da empresa ou Representante legal da empresa)
(Assinatura e Carimbo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO VI

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015 **PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16**

A PREFEITURA UNIVERSITÁRIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, situada na Avenida Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, em João Pessoa/PB, aqui denominada UFPB, e de outro lado _____, RG nº _____-SSP/____, CPF nº _____, servidor/prestador de serviço da empresa _____, residente e domiciliado à _____, doravante chamado RESPONSÁVEL, têm entre si justa e acertada a celebração do presente Termo de Sigilo e Responsabilidade, através do qual o(a) RESPONSÁVEL declara que não repassará a terceiros informações referentes à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da UFPB a que tiver acesso, bem como a informações referentes ao objeto desta licitação – localização, características, estado de uso e afins – das quais, na execução de suas atividades de manutenção e instalação de cabeamento estruturado, tomar conhecimento. O não cumprimento do presente Termo implicará em responsabilidade civil, criminal e administrativa do RESPONSÁVEL, nos moldes previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único - Apurada a responsabilidade no âmbito administrativo, a UFPB comunicará o ocorrido à empresa CONTRATADA para adoção das medidas cabíveis, inclusive com a substituição do RESPONSÁVEL por outro prestador de serviços, de mesmo nível técnico.

O presente instrumento tem o seu início de vigência na data de sua assinatura.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2015.

Responsável

Testemunhas (UFPB):



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015 **PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16**

Em atendimento ao item 4.1 do Termo de Referência (Anexo I) integrante deste Edital, **EU**, _____, (representante legal) da empresa _____, **DECLARO** para os devidos fins, que efetuei a visita técnica ao/à Campus/Unidade _____ da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, na data de xx/xx/xxxx, onde serão realizadas os serviços de cabeamento estruturado, tendo tomado conhecimento de todas as metragens, peculiaridades e características do local, ciente de que o preço a ser proposto pela minha empresa está de acordo com o Termo de Referência e demais complementos que integram a presente licitação.

_____, ____ de _____ de ____.

(Responsável técnico da empresa ou Representante legal da empresa)
(Assinatura e Carimbo)

TESTEMUNHAS:

(Nome, matrícula e assinatura do Servidor da PU/UFPB)

(Nome, matrícula e assinatura do Servidor da STI/UFPB)

Observação:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da LICITANTE;
2. A LICITANTE que não efetuar a visita deverá apresentar declaração que não a efetuou, porém, concorda com todas as condições apresentadas no Edital, conforme o disposto no item 11.1.4 do referido edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2015 PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (REDE DE DADOS, VOZ E ELÉTRICA) COM FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E A EMPRESA _____.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015 PROCESSO Nº 23074.039290/2015-16

A PREFEITURA UNIVERSITÁRIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, situada à Av. Jardim Universitário, s/nº - Castelo Branco, em João Pessoa-PB, CEP.: 58.051-900, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **JANDIR DE SANTANA**, RG nº xxxxxx - SSP/xx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, e de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na Av./Rua _____, em _____-__, CEP: _____-__, Telefone/Fax: (____)_____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. _____, CPF nº _____ e RG nº _____-SSP/_____, firmam o presente Contrato decorrente do Pregão Eletrônico PU/UFPB nº 24/2015, nos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002; do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 – alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000, e nº 3.784, de 06/04/2001; do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005; subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993, e suas alterações; da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11/10/2010; da Instrução Normativa MPOG nº 1, de 08/08/2002; demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para **execução de serviços de manutenção e instalação de cabeamento estruturado (rede de dados, voz e elétrica) com ou sem fornecimento de material** para a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, conforme especificações e locais indicados no Anexo I do Edital do Pregão.

1.1.1. Parágrafo único - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante elencados, que integram o Processo acima citado e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos;
- b) Documentos de habilitação apresentados pela CONTRATADA no Pregão Eletrônico;
- c) A proposta escrita e a Ata do Pregão;
- d) Ata de Registro de Preços;
- e) Autorização de Fornecimento;
- f) Nota de Empenho.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1 Os serviços serão prestados imediatamente após a assinatura do Contrato.
- 2.2 Será realizado o recebimento provisório dos serviços, sendo emitido parecer final em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão.
- 2.3 O Contrato inicia-se em ____ de _____ de 2015 e encerra-se em _____ de _____ de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 3.1 As atividades serão executadas em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 3.2 Todo o serviço a ser executado será precedido do Levantamento de Necessidades, através de Autorização de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Para os serviços contratados após o Levantamento de Necessidades, deverá ser emitida uma Autorização de Fornecimento;
- 3.3 Contratado o serviço, a CONTRATADA terá de 15 até 90 dias corridos para executá-lo, dependendo de sua complexidade, segundo o quadro abaixo:

Tempo de execução	Serviço
Até 15 (quinze) dias	Levantamento de Necessidades Instalação de armário (<i>rack</i>) Organização de cabos em armário (<i>rack</i>) Instalação de <i>patch panel</i> em armário (<i>rack</i>) Instalação de guia de cabos em armário (<i>rack</i>) Instalação / conectorização de <i>voice panel</i> Instalação de <i>patch cord</i> / <i>voice</i> Instalação de cordão óptico Instalação de etiqueta de identificação Identificação de ponto de rede Certificação de ponto de rede estruturado Certificação de fibra óptica com OTDR Conectorização de cabo UTP (uma extremidade) Reparo de infraestrutura em par metálico
Até 30 (trinta) dias	Instalação de eletrocalha e acessórios Instalação de canaleta e acessórios Instalação de tubo em parede e/ou divisória Instalação de caixa de emenda óptica Lançamento de cabo UTP Remoção de infraestrutura de rede existente Recomposição de alvenaria Remanejamento de ponto de rede Serviço de fusão óptica Manutenção preventiva / corretiva de <i>Bracket</i>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	Lançamento de condutor elétrico
Até 60 (sessenta) dias	Instalação de duto subterrâneo Instalação de caixa de passagem subterrânea Lançamento de cabo óptico subterrâneo / tubulações Abertura de valas para lançamento de dutos Lançamento de cabo óptico em via pública Instalação de quadro elétrico
Até 90 (noventa) dias	Documentação <i>As-Built</i>

- 3.4** Terminado o serviço e realizado o aceite pela UFPB, terá início o período de garantia. Durante este período, a CONTRATADA deverá observar o item 9 (SLA) do Edital e todos os subitens nele inseridos;
- 3.5** Em todos os serviços prestados, sem distinção, a CONTRATADA deverá manter o local limpo e organizado, com sinalização apropriada onde for necessário. Não serão aceitos a interrupção de vias internas/externas a UFPB e o depósito de material sobre calçadas, áreas de circulação e afins.
- 3.6** O descumprimento total ou parcial do disposto nesta Cláusula, acarretará à CONTRATADA a aplicação das penalidades previstas neste Edital pela CONTRATANTE.
- 3.7** Todas as atividades que envolvam a manutenção corretiva e preventiva do cabeamento óptico e metálico da infraestrutura de rede de dados, voz e elétrica, além da realização de projetos de cabeamento, disponibilização de novas infraestruturas em eletrocalhas, tubos, canaletas, tubulação subterrânea e ou em postes, serão realizados sem a incidência de quaisquer outros custos que não estejam especificados no Edital.
- 3.8** A CONTRATADA deverá dispor de uma Central de Atendimento para abertura dos chamados, com serviço 0800 ou sistema web, para os serviços em garantia, sem custo para a UFPB, com horário de atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 4.1** A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, especialmente designados pelo Prefeito Universitário da UFPB.
- 4.1.1. Parágrafo primeiro** - A fiscalização será exercida no interesse da Universidade Federal da Paraíba e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 4.1.2. Parágrafo segundo** - A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial, durante o prazo de vigência da proposta.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1** Além das disposições estabelecidas neste Contrato, Edital e anexos do certame licitatório e legislação vigente, constituirão obrigações da CONTRATADA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- b) Assumir inteira responsabilidade pelos serviços prestados ora contratados e efetua-los de acordo com as especificações constantes no Edital;
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos comprovadamente causados por seus funcionários;
- d) Em tudo agir segundo as diretrizes da CONTRATANTE;
- e) Responder civil e penalmente por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;
- f) Assumir as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato, com exceção da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, cuja publicação será providenciada pela CONTRATANTE;
- g) Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto do Contrato;
- h) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Dar cumprimento a todas as determinações e condições estabelecidas no Edital do Pregão, seus anexos e complementos;
- j) Realizar os serviços e/ou entregar os materiais nos endereços citados no Anexo I, no primeiro dia útil após a assinatura do Contrato;
- k) Designar pessoas qualificadas, que acompanharão as atividades da CONTRATADA durante todo o processo de ingresso, do início ao seu término, e a quem se reportará a CONTRATANTE, para tratar de assuntos a respeito do processo, servindo de ligação entre as partes;
- l) Efetuar o pagamento das pessoas para atividades de apoio operacional;
- m) Manter e responsabilizar-se, quer por seu pessoal, quer por terceiros contratados, pelo sigilo que deve ser observado em relação à execução dos serviços;
- n) Apresentar relatório demonstrativo dos gastos, do referido processo;
- o) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
- p) Cumprir o prazo de garantia, de acordo com o especificado no Termo de Referência ou conforme o prazo estabelecido na proposta de preços, caso este seja maior que o mínimo estabelecido;
- q) No caso de necessidade de transporte (pessoas/equipamentos) para cumprimento da garantia, todos os custos serão arcados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Além das disposições estabelecidas neste Contrato, Edital e anexos do certame licitatório e legislação vigente, constituirão obrigações da CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar o serviço dentro das normas deste Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, através de servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- c) Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA;
- d) Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução serviço contratado;
- e) Solicitar à CONTRATADA a substituição dos materiais que não atendam às especificações do Termo de Referência do Edital da licitação;
- f) Emitir parecer final de recebimento em até 5 dias, após a conclusão dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Contrato correrão no exercício de 2015/2016, à conta da seguinte dotação orçamentária da União:

Órgão: Universidade Federal da Paraíba
Unidade (UASG): Prefeitura Universitária (153066)
Natureza da Despesa: 3390.39 (Serviço)
Fonte de Recursos: 0112000000.

7.1.1. Parágrafo único – DA NOTA DE EMPENHO

Foi emitida pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA a Nota de Empenho nº _____, em ____/____/2015, à conta da dotação orçamentária especificada no *caput* desta cláusula, para fazer face às despesas inerentes a este Contrato no exercício de 20XX.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços executados, objeto deste Contrato, a quantia de R\$ xxxx,00 (XXXXXXXXXX).

8.1.1. Parágrafo primeiro - A CONTRATADA se obriga a manter os preços dos serviços propostos na sessão do Pregão, não sendo aceito qualquer tipo de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação dos preços, durante o prazo de vigência da proposta.

8.1.2. Parágrafo segundo - A CONTRATANTE reserva-se ao direito de recusar o pagamento se, no ato do ateste da Nota Fiscal, o serviço não estiver executado de acordo com a especificação apresentada e aceita.

8.1.3. Parágrafo terceiro - A CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

8.1.4. Parágrafo quarto - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira ou aplicação de penalidade a CONTRATANTE.

8.1.5. Parágrafo quinto - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido pelo CONTRATANTE, será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = $T/365$;

T = Percentual da taxa anual = 6% ;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento ;

VP = Valor da prestação a ser paga .

De onde se obtém que $I = 0,000164384$.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1** Os serviços fornecidos, depois de atestados pela fiscalização do Contrato, serão pagos pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA até o 15º (décimo-quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.
- 9.2** O pagamento será efetivado por meio de emissão de Ordem Bancária, feita através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), até a data do vencimento, via Banco do Brasil, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designada, desde que vinculada ao Sistema de Compensação de Cheques ou outros papéis do Banco do Brasil S/A, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.
- 9.3** Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 9.4** O pagamento dos serviços fornecidos somente poderá ser efetuado após a comprovação de consulta ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF). Caso seja constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, o pagamento à CONTRATADA somente será efetuado após a regularização da documentação. A CONTRATADA será comunicada por escrito, em forma de advertência, com prazo exequível para a regularização da situação.
- 9.5** A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para com a primeira, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.
- 9.6** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o IPCA do IBGE para a mora do pagamento de impostos devidos a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, *pro rata die tempore*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos de cada mês serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos.
- 9.7** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



10.1 Em caso de inexecução do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência;

II – Multas, conforme o disposto a seguir:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do Contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do Contrato no caso de rescisão do Contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

Obs.: As multas deverão ser recolhidas em favor da Universidade Federal da Paraíba, conforme instruções fornecidas pela CONTRATANTE.

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, a LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

10.2 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.3 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

10.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

10.5 As sanções previstas nos incisos I e III do item 10.1 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do referido item.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Constituem motivos para a rescisão do instrumento de Contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de fornecimento nos prazos estipulados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

- c) O atraso injustificado do início do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- d) A paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo expressa autorização da CONTRATANTE, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, de posição contratual, bem como fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato ou implique descumprimento ou violação, ainda que indireta, das normas legais que disciplinam as licitações;
- f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993;
- h) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Instrumento de Contrato.

11.2 Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

11.3 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da CONTRATANTE para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 O presente Contrato somente terá validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Prefeito Universitário da Universidade Federal da Paraíba, e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União.

12.1.1. Parágrafo único - A publicação do extrato do Contrato ou de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial da União, será providenciada e custeada pela CONTRATANTE, mediante remessa à Imprensa Nacional do extrato a ser publicado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1 Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa-PB.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que, depois de lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

João Pessoa - PB, XX de XXXXX de 2015.

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário/UFPB
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: